

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Benjamim Gonçalves Pereira Júnior

**NO CALOR DO MOMENTO: VOZES E PAUTAS DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dra. Christiane Jalles de Paula.

Juiz de Fora  
2017

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Benjamim Gonçalves Pereira Júnior**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201573015A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **NO CALOR DO MOMENTO: VOZES E PAUTAS DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013**, desenvolvido durante o período de 06/ 2017 a 11/2017 sob a orientação de Prof. Dra. Christiane Jalles de Paula, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**BENJAMIM GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR**

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão finalimpressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# NO CALOR DO MOMENTO: VOZES E PAUTAS DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Benjamim Gonçalves Pereira Júnior<sup>1</sup>

## RESUMO

O trabalho aborda as manifestações de junho de 2013 no Brasil com foco nas pautas levantadas pelos manifestantes. Discutimos as cidades brasileiras – em evidente crescimento desordenado, assim como as dificuldades empíricas dos cidadãos em viver com os pressupostos da pós-modernidade, uma vez que contraproducentes a uma sociedade participativa e agregadora. A internet é abordada como meio de comunicação que traz uma nova sociabilidade que pode ter um papel importante enquanto rompedora dos padrões de tempo e espaço – ainda que tenha uma existência ambivalente. Buscamos apreciar os principais eventos e interpretações sobre as manifestações e trazer uma mensuração alternativa para se ouvir as vozes de junho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Junho de 2013. Cidade. Redes Sociais. Pós-modernidade. Pautas.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	04
<b>2. UMA COISA CHAMADA CIDADE</b> .....	05
2.1. O ego e o resto.....	09
2.2. Ciberespaço: o emergir de uma nova socialização.....	11
2.3. Redes e mídias sociais: a ágora pós-moderna? .....	13
<b>3. JUNHO DE 2013: O MÊS QUE SONHAMOS PERIGOSAMENTE</b> .....	16
3.1. O mês que não terminou .....	18
3.2. Classe média: descontentes ou motores do descontentamento? .....	20
<b>4. AS VOZES DAS RUAS</b> .....	24
4.1. Ouvindo as vozes .....	26
4.2. Afinal, o que está errado? .....	29
<b>5. Conclusão</b> .....	33
Anexo 1 .....	35
Anexo 2 .....	36
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	38

---

<sup>1</sup>Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF; bacharel em Comunicação Social/ Jornalismo – CES/JF. E-mail: pererajf@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dra. Christiane Jalles de Paula.

## 1. INTRODUÇÃO

As manifestações brasileiras de junho de 2013 quando irrompidas deixaram vários atores sociais, inclusive parte da população, pasmos. Isso porque não era esperado que uma manifestação pudesse se espalhar pelo país, espontaneamente, levando milhares de pessoas às ruas. Contrariando o que muitos dizem, que o brasileiro é um povo pacífico – e durante um governo de certo caráter popular, era algo aparentemente improvável. À parte do aparato oficial do governo e da mídia as pessoas se reuniram em um protesto organizado horizontalmente, com forte crítica aos partidos, mas ao mesmo tempo com um caráter nacionalista, questionando valores, meios, métodos, práticas – ou a falta delas – etc. Um mês que levou o Brasil às manchetes internacionais, com uma das maiores manifestações brasileiras de todos os tempos, e que tocou de forma definitiva as pessoas que o vivenciaram.

Uma das maiores dificuldades ao se tentar compreender o que foi junho é que as vozes do movimento foram muitas, uma polifonia em vários sentidos e perspectivas, difíceis de serem apreendidas para serem levados a cabo como pautas. Não foi só um desabafo – como parte dos analistas interpretaram –, pois existiam demandas, reclamações, súplicas – inseridas num contexto plural, multiparticipativo e, por isso, legítimo, que puderam e podem ser interpretados de várias formas, sem de fato cravarmos um programa concreto. Este trabalho tem como desafio trazer à tona o que as vozes de junho diziam, qual o motivo do descontentamento, o que levou as pessoas a deixarem suas vidas para ocuparem as ruas.

Partimos do pressuposto de que fazer um levantamento estatístico de uma manifestação que envolveu milhões de pessoas, em vários dias de protestos, em todo o Brasil, é algo bastante desafiador. E que, mesmo que feito, é de difícil precisão num universo tão amplo. Uma abordagem amostral, por exemplo, mesmo com todo o rigor matemático envolvido, nos parece pouco capaz de dar conta do mundo real. Sabemos que numa aplicação de questionários, por exemplo, a falta de incentivo, e outras questões, podem fazer com que as pessoas não respondam fielmente, ou a pergunta não dê conta do objeto ou simplesmente sejam mal interpretadas; e uma abordagem do universo como um todo, inviável e custosa. Sendo assim, necessárias mensurações alternativas.

Com esta intenção o caminho que iremos traçar é partir da análise daqueles que estudam a vida social, cultural, política e econômica, e que acompanharam, presenciaram e escreveram sobre junho: os analistas. Não obstante, é importante considerarmos que se tratam de intérpretes, não tendo uma pretensão conjuntural, totalizante, mas complementares entre si. Assim, podemos apontar algumas vantagens e prejuízos com relação a esta abordagem: as vantagens seriam que os observadores conseguem captar mais amplamente o que está acontecendo – e de modo mais sutil – e também conseguem dar nome a algo que os próprios manifestantes protestam, mas que não têm ainda consigo mesmo bem resolvido; os prejuízos, evidentemente, são que abordagens de analistas não dão conta no sentido quantitativo de todas as reclamações que apareceriam numa pesquisa envolvendo milhões, e também que podem ser tendenciosas a algo que interessa mais a eles (analistas), podendo distorcer o peso que as coisas têm.

Nossa metodologia seguiu os seguintes critérios para captar as elucubrações dos analistas: livros exclusivamente sobre as manifestações de junho de 2013, que tenham sido publicados até o início de 2014, que sejam de mais de dois analistas – mantendo uma multiplicidade de análises – e que abordem em seu conteúdo, para cada um dos analistas, as pautas vistas nas ruas – não necessariamente de forma direta. Desta maneira, conseguimos criar um parâmetro para analisar a bibliografia dos protestos, que é extensa, e que, por isso, nos traz outras prerrogativas.

Chamamos de “no calor do momento” porque temos em mente que a logística para conseguir juntar boas análises de bons analistas num período de poucos dias, ou meses, é desafiador; e por esta proximidade os artigos foram escritos bem próximo ao acontecido. Acreditamos que talvez não haja melhor hora para expormos alguma coisa sobre algo do que o mais próximo temporalmente, pois temos ali reunidos vários elementos que com o tempo se perdem. Tendemos a depois que o tempo passa racionalizar demais e, com isso, perverter a humanização ligada aos eventos. Sabemos que temos capacidades de apreensão maior do que simplesmente nos debruçando racionalmente sobre algo, que estas como a intuição e a emoção também nos ajudam a explicar as coisas. Ora, é evidente que narrativas bem construídas e embasadas, demandam tempo – e não poderia ser diferente –, contudo, como nossa intenção é tratar das “pautas” imediatas não há melhor hora para se fazer do que o mais próximo possível do acontecido.

Os dois livros que serão analisados nesta pesquisa e que seguiram os critérios já traçados foram: “Cidades Rebeldes, passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”, (Boitempo, 07/2013;

organizado pela Boitempo e Carta Maior) e “Junho de 2013, a sociedade enfrenta o Estado” (Summus editorial, 01/2014; organizado por Rubens Figueiredo). Destes dois trabalhos extraímos 20 artigos que serão objeto das categorizações deste estudo. As demais questões sobre o levantamento serão abordadas exclusivamente no último capítulo.

No capítulo inicial buscamos problematizar o tema “cidade”. Tentamos brevemente compreender o que é a vida em cidade, como a urbanização se deu no Brasil, e o que é para o indivíduo viver numa zona urbana. Em seguida, pensamos na vida em comunidade propriamente dita, nos problemas do nosso tempo e o tipo de desafios que estamos e teremos que enfrentar. Na segunda metade desse capítulo, trazemos a importância da internet e da telemática – que mudaram de forma definitiva a vida das pessoas –, implicando em alterações na sociabilidade, trazendo cada vez mais temas e debates a tona, enfrentando os grupos formais de poder, e tornando a questão espacial desnecessária, mas ao mesmo tempo entendendo ela como um valioso método.

No capítulo seguinte vamos abordar o ano de 2013 resumidamente. Comentaremos desde o início do ano os principais fatos que se destacaram: como andava a economia, a vida em sociedade, a percepção das pessoas, entre outros. Num segundo momento vamos abordar historicamente todos os dias relevantes das manifestações de junho e suas implicações, o que levou as pessoas às ruas, o que aconteceu quando lá estavam, quais foram as fases das manifestações. Para encerrar, vamos tentar interpretar os dados disponíveis para tentar traçar um perfil dos tipos de pessoas que lá estavam e por quais hipotéticos motivos, quais as porcentagens de adesão etc.

No último capítulo do trabalho trataremos de analisar as pautas observadas pelos analistas, fazendo categorizações, tentando mensurar este difícil objeto que é o que milhões de pessoas querem. Tentaremos, pois, dar uma consistência ao que foi a polifonia das ruas, buscando mostrar este objeto em termos mais simples, inteligíveis. Com esta prerrogativa buscamos combater o relativismo tão caro à sociedade, tornando viável a criação de pautas concretas, agendas, programas.

Em síntese, entendemos que existe um palco onde as manifestações aconteceram – as cidades – e que existem variáveis relevantes para tentar compreender o objeto de estudo, como a sociabilidade propiciada pela internet e as demandas individuais e coletivas – num ambiente cada vez mais inchado e desumanizado representado pela vida urbana brasileira.

A premissa deste trabalho é que sem saber o que queremos não podemos fazer nada, ficamos inertes; assim, ao menos tentar clarear um pouco este caminho já é um resultado importante, e é esse o nosso objetivo.

## **2. UMA COISA CHAMADA CIDADE**

O Brasil iniciou seu processo de industrialização no século XX. Na década de 30 o país deixaria, aos poucos, de ser um país agro-exportador, tendo como principal produto o café – que teve seu valor internacional de mercado consideravelmente reduzido pós crise de 29 –, para se tornar um país urbano-industrial. Este movimento se deu, sobretudo, com a desnecessária mão de obra no campo com a queda do preço do produto, assim como a atração das indústrias na cidade, o chamado “êxodo rural”. A concentração fundiária e a mecanização do campo corroboravam para tal mudança.

O Estado teve fundamental importância neste processo já que realizou investimentos nas indústrias de base e infraestrutura, como ferrovias, portos, rodovias, energia etc, tornando possível o escoamento da produção. Além do capital privado, que até então se dedicava à produção de café, dirigindo-se agora às cidades como investimento nas indústrias. Isso aumentou consideravelmente a população urbana e, em consequência, o mercado consumidor – ainda que um tanto desigual, o que veio a dar origem a fenômenos como a favelização e a violência urbana.

Roberto Macedo (2014, p.43) apresenta uma compilação de dados apurados pelo IBGE sobre a urbanização brasileira de 1950 até 2010. Percebemos que, a partir da década de 70, o país torna-se urbano; o que mostra como o Brasil, em pouco espaço de tempo, modificou sua configuração populacional – quando comparado a países como os Estados Unidos, por exemplo, que demorou mais de cem anos.

**Tabela 1 – Taxa de urbanização brasileira entre 1950 e 2010**

Ano	Total (T)	Urbana (U)	Rural (R)	(U)/(T) em %
1950	51.944.398	18.124.119	33.820.279	36%
1960	70.324.103	31.619.060	38.693.695	45%
1970	93.134.846	52.097.260	41.037.586	56%
1980	119.011.052	80.437.327	38.573.725	68%
1990	146.825.475	110.990.990	35.834.485	76%
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81%
2010	190.755.799	160.925.792	29.830.007	84%

Fonte: Macedo, 2014

Para se ter uma noção do que isso efetivamente representa o autor expõe um exemplo hipotético: “Um prefeito que assumisse uma cidade com um milhão de habitantes contabilizaria, ao final de seu mandato de quatro anos, um crescimento de 15,6% no total da população – ou 156 mil habitantes a mais.” (p.44). Segundo ele, isso representou uma carência cada vez maior dos serviços públicos nas áreas urbanas, o que, junto com o crescimento do eleitorado, possibilitou a ascensão de partidos mais populares pós 1985 – aonde foi concedido voto aos analfabetos –, e pós Constituição de 88 – que possibilitou eleitores de 16 e 17 anos. A partir de 1990, 57% da população brasileira já fazia parte do eleitorado, chegando a 71% em 2010.

Assim, percebemos que na área urbana é onde a vida do brasileiro de fato *acontece*; quantitativamente. O que nos leva a problematizar o que de fato é a cidade. Segundo Park (1967), citado por Harvey (2013, p.27):

[...] a mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza da tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo.

E é nesta perspectiva que vemos a cidade como uma *coisa*, não pejorativamente, mas sim como algo a ser analisado enquanto objeto que é imaginado – de diferentes formas –, e que ao mesmo tempo é feito. Em outras palavras, ela nasce enquanto uma forma racional de vida em comunidade, mas se torna um conceito à medida que as pessoas a forma, ou transforma. Esta definição pode ser complementada com a perspectiva de Ermínia Maricato (2013,p.19-20):

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho [...] a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença [...]. Há uma disputa básica, como pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos.

Desta maneira, compreendemos a cidade como um lugar onde os sujeitos portadores de “direitos” se digladiam. Temos numa perspectiva social a busca por um lugar que se possa viver com maior qualidade de vida e se inventar cada vez mais meios para fazê-lo e, de outro lado, um local onde há a reprodução de capital via trabalho, e esse ao mesmo tempo que propicia a subsistência do trabalhador, busca uma obtenção de ganhos maior, também reinventando-se – o que Harvey (2013, p.30) chama de “criatividade destrutiva”. Ele aponta o modelo neoliberal como propiciador de várias cidades dentro de uma mesma:

Os bairros ricos são atendidos por toda sorte de serviços, tais como escolas caras, campos de golfe, quadras de tênis e patrulhamento particular 24 horas por dia, que se emaranham entre ocupações ilegais, onde a água é disponível somente em fontes públicas, nenhum sistema sanitário existe, a eletricidade é privilégio de poucos, as ruas se tornam lama quando chove e o compartilhamento dos espaços domésticos é norma. Cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente, atendo-se com firmeza àquilo que foi possível agarrar na luta diária pela sobrevivência. (p.29).

Ele compreende uma dialética intrínseca entre ideia e matéria, enxerga que questões como “cidadania” e “direitos”, no cenário em que vivemos, se esbarram com as forças hostis do mercado e a vigilância estatal. Harvey questiona a aparente naturalização que vemos a vida prática à forma que é, e nos pergunta, “como poderia desejar um mundo alternativo possível, ou mesmo imaginar seus contornos, seus enigmas e charmes, quando estou profundamente imerso na experiência que já existe?”(p.31-2). Ele compreende que algo foi perdido e precisa ser recuperado. Para se fazer a cidade, segundo ele, é necessário criar novos espaços urbanos comuns, uma nova esfera pública de participação democrática, para desfazer a onda privatizante, restaurando a prerrogativa da vida em comunidade, pois somente “ ao reclamar o espaço em público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos”. (MITCHELL *apud* HARVEY, p.34). E somente com este movimento a cidade pode ser retomada do capital. Assim, ele expõe direito à cidade:

O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais. No entanto, o neoliberalismo transformou as regras do político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridades sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privada, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas [...] (p.32).

Para tratar especificamente da urbanização brasileira, Ermínia Maricato (2013, p.20-4) traça um panorama histórico de como ela se deu, da lógica residencial brasileira. Ela expõe que grande parte das nossas cidades são construídas pelos próprios moradores em áreas invadidas, sem contribuição de arquitetos ou engenheiros. A força de trabalho residente nessas áreas não cabe no mercado residencial privado legal que é bastante especulativo e, ao vivermos num país de industrialização de baixos salários e crescimento desordenado, a urbanização se dá, sem dúvida, desigualmente. Os bairros construídos nas periferias são fonte inesgotável do velho clientelismo político – a troca de favores (iluminação, pavimentação de uma rua, uma unidade de saúde) por votos –, num Estado que é historicamente patrimonialista – aonde os detentores de poder confundem o público com o privado.

Ermínia cita o ajuste fiscal feito na década de 80, assim como a globalização, como fatores que aprofundaram a “tragédia urbana” do país. Esses dois pontos interromperam um ritmo de crescimento que ocasionou alto desemprego, recuo nas políticas públicas e sociais e que pôde ser sentido pelo aumento da violência urbana. Enquanto o ajuste cortou investimentos públicos, a globalização transformou consideravelmente o território brasileiro: “a exportação de *commodities* ganha o centro da política econômica e sua produção reorienta os processos demográficos. A urbanização se interioriza. O *tsunami* dos capitais globais e nacionais passou antes pelo campo, subordinando o que encontrou pela frente.”(p.21). Assim, terras indígenas ou de quilombolas, florestas, a criminalização do MST, além da mudança da legislação do uso de agrotóxicos, dos transgênicos e a mudança do Código Florestal, vieram como imperativos da lógica de mercado.

Todavia, parte da sociedade respondeu a isso e uma nova política urbana cresceu. Movimentos sociais, pesquisadores, urbanistas, arquitetos, parlamentares, prefeitos, ONGs etc, deram origem à Plataforma de Reforma Urbana, implementando novas práticas nas chamadas prefeituras de “novo tipo”, ou democrático-populares. Ações como o orçamento participativo, priorizavam a cidade informal, trazendo: política fundiária, habitação, saneamento, mobilidade, resíduos sólidos. Dando origem a instituições como o Ministério das Cidades (2003), o Conselho das Cidades (2004) e as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005 e 2007). Além do Estatuto da Cidade – reconhecido internacionalmente como exemplar – aprovado pelo Congresso Nacional depois de treze anos de luta popular. (p.22).

No ano de 2009 o governo Lula retomou os investimentos em habitação e saneamento significativamente após trinta anos de estagnação nesse sentido, e o combate à fome e a pobreza – representados pelo Bolsa Família, o Crédito Consignado, o ProUni, o Pronaf, o Programa Luz para Todos, além de um aumento do salário mínimo real de cerca de 55% – que paradoxalmente orientaram as cidades para uma direção desastrosa em relação ao parágrafo anterior, aonde o “coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária/imobiliária, foi esquecido” (p.23).

Os classificados em condição de “extrema pobreza” diminuíram sua representação de 37,2% para 7,2% [entre 2003 e 2011]. Além disso tudo, o crescimento tanto da economia quanto das taxas de emprego trouxe a esperança de dias melhores. Em 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado ao investimento em obras

de infraestrutura econômica e social [...] Em 2009, foram lançados p PAC II e o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, desenhado por empresários da construção e do mercado imobiliário em parceria com o governo federal. Teve um *boom* imobiliário [...] em 2010 o PIB nacional foi de 7,5% e o da construção civil, 11,7% [...] o investimento de capitais privados no mercado residencial cresceu 45 vezes. (MARICATO, p.22-3).

Muitas lideranças ligadas às causas dos movimentos sociais se acomodaram no espaço institucional ou foram alocadas ali, e, neste clima de crescimento, a classe média nascente deste período viu as possibilidades de adquirirem a casa própria aumentarem. O alvoroço do momento desarticulou as forças sociais e trouxe o mercado à tona, criando novo clima especulativo: o capital imobiliário e a força de trabalho da semiperiferia levou os pobres para a periferia da periferia. Além disso, os megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas reverteram ainda mais um quadro já caótico: “os capitais se assanham na pilhagem dos fundos públicos, deixando inúmeros elefantes brancos para trás.” (p.24).

É importante pensarmos o que de fato a cidade representa na experiência individual para podermos compreender a experiência coletiva. Nesta perspectiva, devemos considerar que cotidianamente as pessoas presenciam inúmeras situações, que geram interpretações e muitas das vezes contradições, ao que seria de fato a intencionalidade em se viver na cidade. Freud em “O Mal estar na civilização” entendia a necessidade humana em se viver em sociedade como uma forma de se proteger dos medos, dos perigos da natureza, do próprio corpo e das demais pessoas. As insatisfações geradas na vida em comunidade – como a perda de liberdade individual, desconforto físico, as neuroses e as revoltas – eram o preço a ser pago pelos bens ganhos em termos de segurança. Décadas depois da publicação do livro entendemos que esta análise hoje é bem mais complexa do que simplesmente a análise do homem em seu estado natural.

Georg Simmel (1973) aborda a discussão clássica do homem na metrópole, onde se presencia de um lado a perda das características pessoais – em contraponto com sua forte presença nas cidades pequenas –, de outro lado, as facilidades que a vida urbana propicia, uma vez que num lugar com divisão do trabalho acentuada se tem muitas opções, mas isso também gera cada vez mais interdependência. É onde ele diz que há a “atrofia da cultura individual através da hipertrofia da cultura objetiva.” (p.24). Se a vida nas cidades mais pacatas nos dá relacionamentos profundamente sentidos e emocionais, a vida na cidade grande estimula fortemente uma posição intelectualizada segundo os ditames de uma vida baseada no cálculo, na quantidade ao invés da qualidade, uma ausência de ambigüidades nos acordos etc, “A reação aos fenômenos metropolitanos é transferida àquele órgão que é menos sensível e bastante afastado da zona mais profunda da personalidade [...]. A metrópole sempre foi a sede da economia monetária.” (p.13).

E esta atitude “prosaicista” que ele problematiza; se de fato foi a mentalidade intelectualística que promoveu a “economia do dinheiro”, ou se foi esta que fez com que a anterior reverberasse. O fato observado é que a *psiqué* humana inundada num emaranhado de informações novas e incessantes na vida corriqueira da metrópole, aponta Simmel, ocasiona uma atitude *blasé* – insensível, indiferente aos estímulos. Os nervos são tocados de forma tão decisiva que finalmente cessam de reagir. “As próprias coisas, são experimentadas como destituídas de substância. Elas aparecem à pessoa *blasé* num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre o outro.” (p.16). A “economia do dinheiro” se interioriza nas pessoas, arrancando a essência das coisas, seu valor específico e sua incomparabilidade. E esta acomodação faz com que psicologicamente haja uma desvalorização do mundo objetivo, o que acarreta a sensação pessoal de inutilidade. Se numa cidade menor, com pessoas vivendo bem mais próximas se experimenta relacionamentos mais efetivos, na metrópole há certo sentimento de “reserva” para com os demais, o que, para o indivíduo, cria uma indiferença, chegando até mesmo a uma aversão, estranheza ou repulsa ao outro. E isso pode gerar até mesmo o sentimento de ódio. Paradoxalmente, temos mais pessoas, mas menos relacionamentos de fato.

Mauro Iasi (2013, p.41-2) traz o conceito de “serialidade” para expor a individualidade contemporânea das pessoas, as quais se preocupam com seus afazeres, e não formam um grupo, e sim um coletivo de pessoas individualizadas, em indiferença mútua; este é o retrato da vida nas metrópoles. Neste cenário, vê-se uma consciência individual que se faz enquanto “consciência reificada”, – “submetidos à sociabilidade do capital, interiorizamos as relações sociais na forma de uma representação que as torna naturais e imutáveis”, e complementa – “navegamos nas diferentes esferas que compõem a vida de forma fragmentária e superficial, e não como uma totalidade articulada.” (p.42). Ele cita o “princípio de realidade” *freudiano* – o qual conjectura que na vida em sociedade aprendemos a suportar a dor e adiar o prazer – muitas das vezes interpretado como sinônimo da vida capitalista de produção e reprodução da vida, e não como deveria ser visto, uma forma particular que é assim interpretado pela consciência. Esta não é a vida “em si”.



A vida na cidade como é vivida se torna uma unidade dos contrários que empurram o indivíduo para a adaptação. “O preço da passagem subiu, a inflação corrói meu salário, mas o que podemos fazer? Racionalizo por uma série de meios [...] busco uma explicação, [...] desloco minha raiva, [...] ironizo com piadas, [...] fujo da realidade [...], os indivíduos vivem a revolta ou buscam a adaptação no interior da serialidade.” (p.43). Ele expõe que uma das maiores dificuldades da superação é que os indivíduos estão em momentos diferentes do processo de consciência, o que muitas das vezes torna a ação coletiva inviável. “A passagem da serialidade para a explosão de massas [...] se dá na medida em que a impossibilidade se torna ela mesma impossível”. (p.44).

A cidade, este lugar que se faz historicamente como existência individual e convívio coletivo é onde as coisas acontecem. Superando categorias espaciais e temporais ela se faz não apenas no âmbito material, nem pode ser contada apenas pelas horas do relógio. É uma problemática que ultrapassa os limites geográficos e que persiste em todos os estados de consciência.

## 2.1. O ego e o resto

Zygmunt Bauman (2000, p.10) traz ao debate as duas formas de saber apontadas por Bourdieu, o saber “cínico” e o saber “clínico”. O primeiro seria a naturalização do mundo à maneira que ele nos apresenta, de forma que nosso objetivo é utilizar as regras já dadas para tirarmos o melhor proveito possível, não nos cabendo pensar, por exemplo, se há ou não justiça. O segundo seria, com a ajuda do conhecimento do funcionamento da sociedade, combatermos o que é impróprio, perigoso ou ofensivo à moralidade. O saber não determina qual dos dois recorreremos, esta é uma escolha individual. Com conhecimento os seres humanos têm pelo menos alguma chance de exercer sua liberdade.

A arte da política, se for democrática, é a arte de desmontar os limites à liberdade dos cidadãos; mas é também a arte da autolimitação [...]. A aversão à autolimitação, o conformismo generalizado e a relutante insignificância da política têm, no entanto, o seu preço [...] – o do sofrimento humano. (BAUMAN, 2000, p.12-3).

Bauman aponta a problemática na vida pós-moderna, marcada pela flexibilidade – a qual ele chama de “liquidez” – e pela perda da segurança que outrora tivemos em relação às coisas. Todavia, a liberdade de ação e de pensamento ainda persistem nas pessoas, sendo que cabe a estas utilizá-los da maneira que os aprovarem – o que não tira a ansiedade do palco da vida. Segundo ele, “o mais sinistro e doloroso dos problemas contemporâneos pode ser melhor entendido sob a rubrica *Unsicherheit* – uma palavra alemã que funde experiências [...] – incerteza, insegurança e falta de garantia.” (p.13). As instituições que seriam formas de combater os problemas, são de pouca ajuda. E aqui se apresenta um paradoxo a uma vida em comunidade.

A própria natureza desses problemas constitui poderoso impedimento aos remédios coletivos: pessoas que se sentem inseguras, preocupadas com o que lhes reserva o futuro e temendo pela própria incolumidade não podem realmente assumir os riscos que a ação coletiva exige. Falta-lhes a coragem de ousar e tempo para imaginar formas alternativas de convívio. (BAUMAN, p.13).

Ele nos provoca expondo a nossa liberdade, mas ao mesmo tempo aponta o mundo em que nascemos: “Tendemos a nos orgulhar do que talvez devesse nos envergonhar: de viver numa época ‘pós-ideológica’ ou ‘pós-utópica’, de não nos preocuparmos com uma visão coerente de boa sociedade e de ter trocado a preocupação com o bem público pela liberdade de buscar a satisfação pessoal.” (p.16).

Assim, indivíduos “serializados” – conforme vimos na definição de Iasi – buscam formas de manter sua *psiqué* ordenada. Ora, se os sofrimentos contemporâneos estão fragmentados e dispersos, dificultando condensá-los e ancorá-los, muitas das vezes buscamos os bodes expiatórios – como os marginais, os estrangeiros etc –, ou algo que temos a sensação que de fato podemos resolver, que está ao nosso alcance – como o culto ao corpo –, ou o consumismo. “Disfarçados de escudos e por isso mais tendentes a encobrir os verdadeiros problemas, preocupações, mudanças e transferências psicológicas [...]” (p.55). Soma-se a isso o problema da nossa identidade que parece de uma construção interminável, já que exposta a uma multiplicidade de oportunidades que entram em conflito e anulam-se, assim como uma cacofonia de vozes a clamar por elas.

Nos sentimos parcialmente deslocados ou até mesmo excluídos, num eu que não se reconhece, que transita, “pela aparente infinidade de possibilidades intromissoras, tentadoras, sedutoras e, sobretudo, inéditas.” (p.29-30).

Para entendermos como chegamos ao estágio atual de compreensão do *ego* devemos pensar na forma como os seres humanos ocidentais enxergam o mundo, historicamente, sua cosmologia, compreendendo que o significado da morte sempre foi uma das maiores problemáticas. Nas sociedades pré-modernas as normas eram de origem “heteronômica”, ou seja, vinham de fora, da religião, de Deus, o que tem inúmeras implicações, mas sobretudo entendem os homens de modo passivo, ou seja, à mercê de algo que não depende deles, a morte não era de fato um problema. Com a modernidade, e os alicerces das religiões questionados, as normas passaram a ser “heteroautônomas”, um misto do que vem de fora com a iniciativa individual. Elas são representadas, sobretudo pela nacionalidade e pela família; a nacionalidade é uma forma do indivíduo “superar” a própria morte entendendo que algo maior – a nação – sobreviverá e ele contribuiu para sua prosperidade, a outra forma é a família, aonde os laços de sangue também demonstram a “superação” da morte, já que a família perdura. Na pós-modernidade, com o enfraquecimento do Estado-nação, sobretudo com a globalização e a flexibilização, as normas passaram a ser “autônomas”, nesta, a família também se desprende da sua função reprodutiva e a união sexual parece mais uma saída para a solidão. A autonomia é algo contido e centrado, sem a necessidade de outros recursos. Este movimento dos três períodos poderia ser assim descrito “A ‘alma’ caiu em desuso precisamente porque teimosa se apegava aos resquícios de sua antiquíssima ligação à eternidade [...] seguidas intermitentemente pelas almas dos patriotas e dos pais de família, só o ego ficou, abandonado e solitário.”(p.49).

Mais do que nunca o tema *liberdade* é atual. Bauman entende a *liberdade ativa* como a verdadeira liberdade, aquela apontada pelos iluministas pela capacidade de “fazer juízos racionais e se portar segundo os preceitos da razão [...] agir [...] na capacidade coletiva da espécie de corrigir erros [...] não ser escravo de suas paixões e desejos [...]”. (p.77-78). Ela se fazia dentro de uma toda-poderosa coletividade, que propiciaria isso. Por outro lado ele vê a *liberdade negativa* como presente nos dias de hoje, “que no seu uso popular é tido como liberdade de escolha e na sua versão populista como menos Estado e mais dinheiro no bolso.” (p.78).

No mundo contemporâneo, os mecanismos de fabricação da incerteza e da insegurança são amplamente globalizados, estando fora do alcance das instituições políticas existentes, já que estamos numa era em que o capital flui livremente pelo mundo – e isso traz inúmeras consequências –; mas a política continua irremediavelmente local, presa aos Estados individualmente, o que ele chama de “separação entre poder e política”. “Podemos dizer que, não conseguindo mais as instituições existentes reduzir a velocidade de movimentos de capital, os políticos perdem cada vez mais – circunstância simultaneamente responsável por uma crescente apatia política”(p.27). Bauman enxerga que esta situação inclina as elites políticas a deslocarem a causa mais funda da ansiedade – incerteza e insegurança individuais – para preocupações que ameaçam a segurança. (p.57-8).

A instabilidade inerente à rotina da esmagadora maioria dos homens e mulheres contemporâneos é a causa última da atual crise da república – e, portanto, do enfraquecimento e definimento da “boa sociedade” como objetivo e motivo da ação coletiva em geral e da resistência contra a progressiva erosão do espaço público/privado, único espaço em que as solidariedades humanas e o reconhecimento das causas comuns podem brotar e ser aproveitados. A insegurança alimenta mais insegurança; a insegurança perpetua a si mesma. (BAUMAN,2000,p.182).

Assim, faz-se necessário pensar na esfera pública na contemporaneidade, lugar onde as individualidades se encontram e têm a possibilidade de trocar experiências, informações, visões de mundo etc. A praça pública atual, que em antecedentes históricos se dava no lugar de maior circulação de pessoas, o mercado, hoje – apesar do desencantamento, ou o que chamaram de “morte das utopias” –, ainda existe, pois os homens são animais carentes e necessitam do outro. E se de fato existe um problema num mundo cada vez mais desumanizador, ele precisa ser colocado em pauta.

A chance para mudar isso depende da ágora – esse espaço sem ser privado nem público, porém mais precisamente público e privado ao mesmo tempo. Espaço onde os problemas particulares se encontram de modo significativo – isto é, não apenas para extrair prazeres narcísicos ou buscar alguma terapia através da exibição pública, mas para procurar

coletivamente alavancas controladas e poderosas o bastante para tirar os indivíduos da miséria sofrida em particular; espaço em que as ideias podem nascer e tomar forma como "bem público", "sociedade justa" ou "valores partilhados". (BAUMAN,2000,p.11).

Bauman se mostrava desesperançoso à época que escrevia seu livro, sabia que na pós-modernidade as mudanças são rápidas e retumbantes, mas não via um novo espaço público para substituir o necessário exemplo ateniense. A internet, com a troca de emails, suas redes sociais (facebook, Google+, WhatsApp etc) e as mídias sociais (youtube, twitter, blogs etc) podem ter chegado, de fato, pra assumir este papel. Vamos discutir agora em qual contexto a internet se deu e como se tornou um meio cada vez mais indispensável para a vida em sociedade.

## 2.2 – Ciberespaço: o emergir de uma nova socialização

A internet surge, assim, como uma nova forma de se socializar. O que antes era restrito ao contato físico, abrange agora um meio que percorre longas distâncias num curto e desburocratizado espaço de tempo e aonde se pode conhecer pessoas: diferentes de outras tecnologias como o telefone – cujo destinatário é alguém em específico, ou as mídias como o rádio e a televisão – com pouca ou quase nenhuma interação.

O ciberespaço se desenvolveu na segunda metade do século XX e cresceu muito em vista dos trabalhos de cientistas acadêmicos americanos que se motivaram pelo projeto como possibilidade de intervenção mais aberta em pesquisas de tecnologias – ao contrário da política soviética que mesmo tendo excelência científica estava mais voltada para um projeto de desempenho com fins exclusivamente militares. "O esforço científico e de engenharia feito em torno da Segunda Guerra Mundial constituiu a matriz para as tecnologias da revolução da microeletrônica, e a corrida armamentista durante a Guerra Fria facilitou seu desenvolvimento." (Castells, 2003, p.22). Assim, na década de 80, ficou claro que os Estados Unidos adquiriu superioridade tecnológica, particularmente em eletrônica e comunicações.

A gênese da internet se deu combinando três culturas que poderíamos dizer que não têm afinidade propriamente: a *big science* – a ciência altamente financiada, geralmente pelo governo –, a pesquisa militar e a cultura libertária. Três princípios marcam os objetivos iniciais deste projeto, ligado ao departamento de defesa norte-americano: a flexibilidade, a ausência de um centro de comando e a autonomia máxima de cada nó de rede. Isso ao mesmo tempo que atendia à intenção militar, dava liberdade aos operadores e garantia a conectividade. Estes aspectos não hierarquizados atraía jovens talentosos ligados à área de tecnologia e, ao mesmo tempo, refletia o clima da contracultura da década de 60, aonde a livre comunicação, as manifestações políticas como instrumento de libertação e as ações à parte dos governos e corporações estavam em ebulição. (p.19-26).

Castells aponta que embora os criadores decisivos da ARPANET – braço acadêmico da internet, que possibilitaria seu crescimento de fato – não fizessem parte da contracultura, eles foram uma ponte entre a *big science* e a cultura estudantil. Antes da comercialização da internet – que só ocorreria na década de 90 – ela não tinha ligação alguma com grupos privados, pois estes achavam custosa e arriscada demais tal empreitada, e recusaram a se envolver, mal sabendo que esta tecnologia seria essencial no futuro. (p.23-4).

É importante considerar que a internet em seu desenvolvimento trabalhou com uma arquitetura aberta, o que possibilitou muitos *hackers* conjuntamente aperfeiçoarem os *softwares*. Ora, os usuários eram os produtores da tecnologia, que a adaptam a seus usos e valores, independente de um aparato institucional regularizador. E isso de fato criou uma comunidade, aonde havia um *feedback* mundial em tempo real.

[...] buscaram manter a abertura da rede para seus pares como forma de aprender e compartilhar. Nessa abordagem comunitária à tecnologia, o patriciado meritocrático encontrou-se com a contracultura utópica na invenção da internet e na preservação do espírito de liberdade que está na sua fonte. A internet é, acima de tudo, uma criação cultural. (CASTELLS, 2003,p.32).

Com estas premissas três condições fizeram-se necessárias para que a internet pudesse expandir: 1, arquitetura ilimitada, descentralizada, distribuída e multidirecional; 2, todos os protocolos abertos, distribuídos e suscetíveis à modificação (embora se conserve parte da propriedade dos criadores do software); 3, as instituições e governo ajustadas aos princípios oriundas da internet, a abertura e a cooperação. (p.29). Estavam

postas as estacas para que este novo meio de comunicar se tornasse parte não só comunicação em si, mas da vida de pessoas em várias partes do globo.

Howard Rheingold defende que a internet é uma nova forma de comunidade, que reúne pessoas on-line em torno de valores e interesses compartilhados, criando laços de apoio e amizade que podem se estender à interação face a face. (p.100). Castells, tomando emprestada a definição de Barry Wellman define “comunidade”: “são redes de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, um senso de integração e identidade social.” (p.106). Assim, as sociedades complexas são marcadas pela substituição das comunidades espaciais para as comunidades em rede, como formas fundamentais de socialização.

Castells, tentando compreender estas novas formas de diálogo e interação entende que a família nuclear é responsável pela criação de laços fortes – embora compreenda que com o tempo se tornam reminiscências –, enquanto grande parte dos demais laços são considerados “fracos”, contudo, não quer dizer que são desprezíveis: são fontes de informação, trabalho, desempenho, comunicação, envolvimento cívico e divertimento. Sendo assim, estes laços precisam ser mediados por algum meio de comunicação. E a internet se apresenta tanto como meio para esta correspondência em tempo real, quanto encurtando distâncias – não mais sendo a medida da “força” ou “fraqueza” dos laços mensurada exclusivamente pelo contato físico. (p.107).

A comunicação intermediada pelo computador – ou smartphone – torna-se um exemplo da nossa sociedade que se faz com um padrão de sociabilidade baseada no individualismo.

O individualismo em rede é um padrão social, não um acúmulo de indivíduos isolados. O que ocorre é antes que os indivíduos montam suas redes, on-line e off-line, com base em seus interesses, valores, afinidades e projetos. Por causa da flexibilidade e do poder de comunicação da internet, a interação social on-line desempenha crescente papel na organização social como um todo. As redes on-line, quando se estabilizam em sua prática, podem formar comunidades, comunidades virtuais, diferentes das físicas, mas não necessariamente menos intensas ou menos eficazes na criação de laços e na mobilização. (CASTELLS, 2003,p.109).

Por outro lado, por vezes, estes laços virtuais podem ser frágeis, a ponto de serem a bel prazer dos usuários formatados e até substituídos, já que há, intrinsecamente, pela distancia espacial, baixo compromisso entre os membros, podendo gerar fragilidades nas formas de apoio social.

Castells (2003, p. 115-6) conjectura uma analogia ao comparar a internet em nossa era – da Informação –, com as fábricas – da era Industrial. Para ele, podemos entender que se antes a infraestrutura material “fábrica” organizava o movimento operário, em nosso caso, a rede (internet como meio de comunicação) torna-se um “componente indispensável do tipo de movimento social que está emergindo.” Assim, os “movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar.” (p.114). Se antes, o movimento operário pleiteava ser o porta-voz da reivindicação e justiça social para todos – não exclusivamente para defesas dos interesses de classe –, hoje, os movimentos da era da informação buscam também mudar os códigos de significado, mobilizar em torno de valores culturais; claro, cada qual erguendo sua bandeira.

Os movimentos culturais (no sentido de movimentos voltados para a defesa ou proposta de modos específicos de vida e significado) formam-se em torno de sistemas de comunicação – essencialmente a internet e a mídia – porque é principalmente através deles que conseguem alcançar aqueles capazes de aderir aos seus valores e, a partir daí, atingir a consciência da sociedade como todo. (CASTELLS, 2003,p.116).

É assim que podemos enxergar a internet, como meio revolucionário, sem intermediários, ou mensagem hierarquizada e tem cada vez mais o poder de alcançar todos em sua individualidade.

Os processos de mudança conflitiva da Era da Informação giram em torno das lutas para transformar as categorias de nossa existência mediante a formação de redes interativas como formas de organização e mobilização. Essas redes, que emergem da resistência da sociedades locais, visam superar o poder de redes globais, reconstruindo assim o mundo a partir de baixo. A internet fornece a base material que permite a esses movimentos engajarem-se na produção de uma nova sociedade. Ao fazê-lo, eles transformam por sua

vez a internet: de ferramenta organizacional para as empresas ela se converte também numa alavanca de transformação social. (CASTELLS, 2003,p.118-9).

Desta maneira, compreendemos que existe uma modificação em termos operacionais em relação às demandas da sociedade. A internet enquanto um meio de socialização, de troca de informações, desejos e percepções, toma para si um papel que antes se fazia espacialmente de forma quase exclusiva na praça pública. Agora, estas mesmas ideias são debatidas representativamente em um meio paralelo – através da telemática. O que acarreta cada vez mais informações sendo processadas em um curto espaço de tempo e que necessariamente envolvem mais participantes.

### 2.3 – Redes e mídias sociais: a *ágora* pós-moderna?

Para termos a noção quantitativa da proporção de abrangência da internet no Brasil tomemos o estudo que Roberto Macedo (2014, p.58) trouxe com dados de uma pesquisa realizada em 2012 a qual apontava que no ano 2000, 3% da população brasileira usava internet, subindo para 45% em 2012; chegando à 58% em 2016, segundo outra pesquisa, da TIC Domicílios<sup>2</sup>. Este mesmo estudo indica que a grande maioria das pessoas utilizam a internet via celular, o que corrobora com a ideia da comunicação instantânea, uma vez que é hábito portar celular – e esta pesquisa também apontou que as classes “menos abastadas” tiveram maior crescimento proporcional em relação à pesquisa anterior.

De fato, cada vez mais teremos mais internautas e cada vez mais pessoas que tinham resistência à internet, ou não sabiam mexer, vão cedendo ou aprendendo a operar; assim, é esperado que dentro de uma década quase 100% do eleitorado brasileiro esteja em rede. Tognozzi (2014, p.73) apresenta dados de uma pesquisa Ibope realizada dois meses depois das manifestações de junho de 2013 em que aponta que, nesta época, o país já tinha 100 milhões de pessoas conectadas. Em outra pesquisa, da Serasa Experian, realizada em junho daquele ano, mostra que 68% dos brasileiros conectados estavam no Facebook, 18% usavam Youtube, 2% o Orkut e 1,6% o Twitter.

Para tentar compreender o perfil dos usuários, o autor, seguindo dados da agência paulista HelloResearch, em pesquisa também feita àquele ano, revela que no Brasil há quatro grupos identificáveis de usuários das redes sócias, que são: o “arroz de festa”, correspondendo a 30% dos usuários, formados por homens e mulheres de todas as idades e classes e discutem qualquer assuntos desde esportes, atualidades e política; os “contra”, com 27% dos usuários, na maioria mulheres de 31 a 50 anos, que veem mais que publicam, e adoram falar mal de tudo e de todos; os *hooligans*, com 22% dos usuários, composto em maioria por homens das classes B e C, entre 16 e 30 anos, que falam basicamente de sexo, futebol e humor; e as “maricotas”, com 21% dos usuários, formado por mulheres da classes C, entre 25 e 30 anos, que conversam sobre novelas e autoajuda, e participam ativamente. (p.74-5).

Talvez a maior inovação das redes e mídias sociais tenha sido a expansão do *broadcasting*, permitindo que qualquer pessoa produzisse e transmitisse para muitos seus próprios conteúdos, antes restritos à mídia oficial. E mais do que isso, sem limite territorial, permitindo compartilhamento instantâneo de mensagens entre continentes, por exemplo. “Com esse novo formato, o ativismo digital substituiu a antiga militância das ruas e criou um novo relacionamento, quebrando a lógica vertical do *broadcasting*, na qual poucos falavam para muitos. Nas redes sociais, muitos falam para muitos ao mesmo tempo.” (p.76).

Marcelo S. Tognozzi (2014) mostra um dado relevante divulgado pela pesquisa CNI-Ibope um mês após as manifestações de junho de 2013, de que, a amplitude do descontentamento era bem maior do que as imagens das manifestações, assim como os tipos de militância:

Apenas 9% dos entrevistados participaram das manifestações, mas 89% são a favor delas. Mesmo não indo para as ruas, as pessoas produziram, compartilharam e distribuíram conteúdos sintonizados com as pautas das manifestações [...] Os fenômenos de mobilização digital não têm um líder nem são verticais, mas horizontais, sendo as lideranças exercidas pelos tecnicamente chamados de ativadores. (p.84-5).

---

<sup>2</sup><<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2016-09/pesquisa-mostra-que-58-da-populacao-brasileira-usam-internet>>. Acesso em 11 jul. 2017.

Mas afinal, como podemos ver o papel da internet? De que forma ela nos influencia? Qual seu potencial de mudança prática? Além da rapidez comunicativa e da horizontalidade, o que ela muda? Bernardo Sorj (2014) aponta que muitas das vezes ela tem muito mais um papel catártico do que de fato como um espaço deliberativo, como se espera da esfera pública. As “formas virtuais de ativismo individual representam um ponto de ruptura na forma de expressar as demandas dos cidadãos”, têm um papel anárquico por natureza, uma quebra com a burocratização e a centralização costumeira. “É resultado das transformações sociais e culturais das últimas décadas, que levaram à fragmentação social e a uma cultura política libertária, igualitária e individualizante. [...] mas, até o momento, não produziram novas instituições políticas.” (p.90).

Manuel Castells cria o conceito de uma “sociedade em rede” para dizer que o poder em nossa sociedade é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores dos atores habilitados. E é através destas redes que se constrói o poder.

As redes de poder, em vários domínios da atividade humana, constituem redes entre elas próprias [...] em torno de projetos específicos. Mas todas têm um interesse em comum: controlar a capacidade de definir as regras e normas da sociedade mediante um sistema político que responde basicamente a seus interesses [...] enquanto as redes de comunicação processam a construção de significado em que se baseia o poder, o Estado constitui a rede-padrão para o funcionamento adequado de todas as outras redes de poder. (CASTELLS, 2013,p.16-17).

Assim, as informações trocadas a todo o tempo e o juízo de valor feito do que elas envolvem, são o que há de mais caro àquele que pretende se alçar ao poder: “Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentes [...] é por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas.” (p.15). É sabido que cada um racionaliza e interpreta por si só as informações que recebem, contudo, o ambiente em que a comunicação se dá e também as alterações sofridas por este ambiente – como a internet que traz novidades em curto espaço de tempo e a mídia tradicional que se enfraquece com isso – mudam as normas de construção do significado e, com isso, a produção das relações de poder.

Castells considera que o poder constituído em dada sociedade constrói instituições segundo seus valores e interesses. E este poder é exercido por meio da coerção ou construção de significado nas mentes das pessoas. Todavia, entendendo que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há um poder, há também um contrapoder, ou seja, atores que vivem nesta mesma sociedade que têm outros valores e interesses. “A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação entre poder e contrapoder.” (p.14). Ele entende que em sociedades onde os governos e empresas da mídia controlam a comunicação de massa, meios como a internet vêm como possibilidades de uma comunicação autônoma. Uma vez que os espaços institucionais, os deliberativos, estão ocupados pelos interesses das elites dominantes e suas redes, restam aos movimentos sociais abrir um novo espaço público, mas que não se limite à internet, mas que ocupem o espaço urbano e os prédios simbólicos. A necessidade de ocuparem as ruas se faz segundo três premissas:

1. Eles criam uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade. A proximidade é um mecanismo psicológico fundamental para superar o medo. E superar o medo é o limiar fundamental que os indivíduos devem ultrapassar para se desenvolver num movimento social, já que estão bem conscientes de que, em última instância, terão de confrontar a violência caso transgridam as fronteiras estabelecidas pelas elites dominantes para preservar sua dominação. [...] Definiram um “dentro e fora”, um “nós versus eles”, de modo que, ao se juntar a uma área ocupada [...] outros cidadãos podem participar do movimento [...].
2. [...] São geralmente carregados do poder simbólico de invadir áreas do poder do Estado ou de instituições financeiras [...] Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal [...] O controle do espaço significa o controle da vida das pessoas.
3. Construindo uma comunidade livre num espaço simbólico, os movimentos sociais criam um espaço público, um espaço de deliberação que, em última instância, se torna um espaço político, para que assembleias soberanas se realizem e recuperem seus

direitos de representação, apropriados por instituições políticas ajustadas às conveniências dos interesses e valores dominantes. Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado. (CASTELLS, 2003, p.19-20).

Desta maneira, os agentes do contrapoder devem fazer com que suas redes prevaleçam sobre as redes já organizadas enquanto poder. Seu objetivo deve ser reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, para que estas se façam com seus programas, mas, enfatiza Castells, “a regra de não criar regra sobre coisa alguma” se torna essencial, assim como acionar a conexão com as diferentes redes de mudança social, justiça econômica, direito das mulheres, a questão ambiental, a paz etc. (p.25).

No plano individual, os movimentos sociais são emocionais. O fato gerador é a mudança do sentimento para a efetiva ação. Para explicar o porquê de uma multidão se reunir, tomada da iniciativa individual de fazê-lo, ou seja, contrariando um pressuposto que aconselha as pessoas a não fazerem, pois podem ser punidas – nasce a “Teoria da Inteligência Afetiva”. Segundo esta teoria as emoções mais relevantes para a mobilização social e o comportamento político partem de um afeto positivo, o entusiasmo e um afeto negativo, o medo. Ora, estes dois aspectos se referem a dois instintos básicos do ser humano, buscar o prazer (aproximação) e evitar a dor (evitação). Os indivíduos entusiasmam-se quando mobilizados para um objetivo que apreciam e, como resultado, se sentem esperançosos – esta característica humana de imaginar um futuro. Todavia, para que o entusiasmo surja os indivíduos precisam superar a emoção negativa que resulta da evitação, a ansiedade. Uma pessoa ansiosa é aquela que se sente ameaçada por uma causa externa a qual ela não tem controle, isso gera o medo um efeito paralisante. “Quando o indivíduo supera o medo, emoções positivas assumem o controle, à medida que o entusiasmo ativa a ação, e a esperança antecipa as recompensas por uma ação arriscada.” (CASTELLS, 2013, P.23).

Contudo, com certa frequência a ansiedade é superada pelo indivíduo no comportamento sociopolítico por outra emoção negativa, a raiva. E esta é aumentada com a percepção de uma situação injusta e a identificação do agente provocador, podendo ter inúmeros desfechos. Para que um movimento social tenha um resultado consistente faz-se necessário duas questões: a consonância cognitiva entre emissores e receptores da mensagem e um canal de comunicação eficaz. Este movimento ganha corpo quando os manifestantes se identificam ou se sentem alvos. “Eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema de raiva, sob a forma de indignação.” (CASTELLS, 2013, p.23). Daí, mais uma vez o papel essencial da comunicação instantânea, via internet, que, quando bem organizada, consegue formar ações coletivas num curto espaço de tempo e com propósito. Além de que temos a motivação causada por um agir coletivo (dando coragem), em uma situação horizontal (não hierárquica) de comunicação interativa e autoconfigurável (sem censuras e aberta à criatividade) que tem como resultado, mais entusiasmo e, em consequência, mais esperança.

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva [...] Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada [...] Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para produzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. (CASTELLS, 2013, p. 171-172).

Se de fato, com a internet, retomamos um meio poderoso que dá possibilidade do debate em tempo real, a qualquer hora, podemos dizer que ocupamos a *ágora*. Mas parece que o caminho que as manifestações de junho 2013 buscaram talvez seja um pouco mais ambicioso, o da *Eclésia* – que detinha não apenas o debate, mas a deliberação executiva, legislativa e judiciária. Isso foi fortemente representado pela ocupação das ruas.

### 3. JUNHO DE 2013: O MÊS QUE SONHAMOS PERIGOSAMENTE

O título deste capítulo se refere ao livro “O ano em que sonhamos perigosamente” de Slavoj Žižek, o qual ele aprecia os acontecimentos pelo mundo em 2011, como a “Primavera Árabe”, o *Occupy Wall Street*, os protestos nos subúrbios do Reino Unido, dentre outros. No Brasil, o ano de 2013 talvez marque a saturação da opinião pública com relação à classe política – as manifestações tiveram 89% de apoio, segundo Ibope de julho daquele ano (RUBENS FIGUEIREDO, 2014, p.8). O que era apenas um discurso histórico de que o país não ia bem por causa da “roubalheira”, foi incendiado por várias questões que iriam abalar o país. A questão da mobilidade, conforme analisamos brevemente no capítulo anterior, há décadas uma problemática no país, potencializada pelos megaeventos como a Copa das Confederações que aconteceria no meio daquele ano, e a Copa do Mundo, que aconteceria em 2014 – enormes gastos públicos, verdadeiros “elefantes brancos”, – além do superfaturamento com as obras, somado à “higienização” da população – levando a periferia mais para a periferia – o aumento do custo de vida, o desemprego etc, tornaram algo que já deixava a desejar – a mobilidade urbana, insustentável.

Tomemos o caso do deslocamento urbano paulista que é emblemático: “O tempo médio das viagens em São Paulo era de 2 horas e 42 minutos em 2007. Para um terço da população, esse tempo é de mais de três horas, ou seja, uma parte da vida se passa nos transportes, seja ele um carro de luxo ou num ônibus ou trem superlotado.” (MARICATO, 2013. P.24-5). Ainda segundo ela, é “das camadas de rendas mais baixas que ela vai cobrar o maior preço” (p.24). Isso porque são estas pessoas – estudantes e trabalhadores – que não têm muitas opções de deslocamento, que têm que aguardar o transporte, sofrem todos os tipos de constrangimentos etc; e completa – “a desoneração dos automóveis somada à ruína do transporte coletivo fez dobrar o número de carros nas cidade.” (p.25).

No início daquele ano a presidenta Dilma Rousseff pediu aos governadores e prefeitos, amigos ou adversários, que adiassem os reajustes do transporte coletivo para o meio do ano, o que foi atendido, mal imaginando o que poderia ocorrer posteriormente “A questão da mobilidade urbana [...] em condições de insalubridade e desconforto [evitando o reajuste de preço para] empurrar o problema da inflação com a barriga.” (PINTO, 2014, p.99-100). Mas a fogueira estava só começando a ser alimentada, já que outros fatores entrariam nesse caldeirão.

A inflação dava claros sinais de aceleração, a queda do PIB superava os prognósticos mais pessimistas, a cotação do dólar disparava, a balança comercial decepcionava, os problemas de infraestrutura agravavam-se, o ajuste fiscal era sempre adiado, o formidável arco de aliança política tecida habilmente pelo ex-presidente dava claros sinais de esgotamento e o governo, com a credibilidade abalada, não sabia mais que botão apertar. (NEY FIGUEIREDO, 2014,p.61).

E não era só isso, Rubens Figueiredo (2014, p. 34-37) aponta que várias notícias daquele ano saturaram a opinião pública, como a notícia da impunidade dos “mensaleiros”, as propagandas governamentais repetitivas que exaltavam os serviços públicos quando a população via que na prática não era assim, a denúncia da mídia de obras públicas muito caras abandonadas, problemas varridos para “debaixo do tapete” etc. Rubens apresenta o conceito *POB* (Produto de Opinião Bruta), para explicitar que nem tudo é medido absolutamente em termos econômicos (PIB). Ora, um sujeito médio ao ser indagado por um pesquisador sobre sua opinião sobre o governo não fará grandes elucubrações, nem levará em conta indicadores econômicos complexos, ou a relação discurso-ação do governo, ou até mesmo a política externa. Ele leva em conta seu nível de conforto econômico com o impacto inconsciente da propaganda governamental. “O *POB* é composto de taxa de inflação (com ênfase nos produtos mais populares), índice de desemprego, renda média, crédito, endividamento e taxa de juros.” (p.28).

Para demonstrar a veracidade deste argumento – de que as pesquisas de opinião não dão conta da complexidade da vida prática –, tomemos mais este exemplo:

Em março de 2013, três meses antes dos episódios, as pesquisas de opinião levadas a efeito pelos principais institutos brasileiros apontavam “céu de brigadeiro” para a presidente da República e seu governo. A avaliação positiva do governo federal segundo o Ibope, estava em seu melhor momento: 63% de “ótimo” e “bom”. Nada menos que 79% dos entrevistados apoiavam a maneira de Dilma Rousseff governar [...] Em São Paulo, palco do início das manifestações, o desempenho do governo do estado não permitia vislumbrar



turbulências no futuro imediato Levantamento feito pelo Datafolha nos dias 6 e 7 de junho mostrava que 52% do eleitorado paulista considerava a administração Geraldo Alckmin “ótima” ou “boa” [...] Já o prefeito da capital, Fernando Haddad, ostentava vigorosos 34% de avaliação positiva (ótimo ou bom), o melhor desempenho de um prefeito paulistano com seis meses de mandato desde que existem pesquisas de opinião mensurando este tema. (RUBENS FIGUEIREDO, 2014, p.24-26).

Só vale lembrar que, notícias de problemas no governo se recebem todos os dias, quando em uma recessão a situação fica mais complicada; agora, quando algo toca na questão da moralidade – a qual as pessoas de fato mudam da perspectiva racional pura para trazer estruturas emocionais – tudo pode acontecer. E como vimos no capítulo anterior, movimentos sociais são emocionais.

As pesquisas eleitorais costumam focar em algumas poucas variáveis econômicas, como emprego, renda e expectativa de consumo [...] a situação da economia define o voto do eleitor [...] As mobilizações de rua, por outro lado, são calcadas em questões morais. A capacidade de mobilização [...] costuma ser maior do que as pautas concretas. (KAHN, 119-120).

Existia sim, um clima de tensão entre as dificuldades que a vida prática apresentava e a falta de perspectivas com relação à resolução dos problemas. Mês a mês o desemprego aumentou, os gêneros alimentícios ficaram mais caros, a renda média crescia pouco, o endividamento das famílias aumentava, dentre outros fatores (RUBENS FIGUEIREDO, 2014, p.28-29). E isso era sentido de maneira geral pelas classes mais baixas – que têm maior vulnerabilidade – mas, sobretudo, pela “classe média tradicional”, que se sentia cada vez mais desconsiderada pelo poder público, perdendo tanto *status*, quanto pagando mais impostos.

A aceleração do custo de vida para os setores médios nos meses que precederam as manifestações poderia explicar, em parte, a insatisfação que acabou por se expressar nas ruas em junho. Sozinha a inflação não teria, a meu ver, potencial para fornecer combustível dos protestos, mas ela pode ter potencializado as inúmeras críticas que os setores médios, tanto à esquerda quanto à direita, faziam do lulismo, já aguçadas pelas difíceis condições de vida urbana, em particular nos quesitos mobilidade e segurança. (SINGER, 2013, p.34).

A chamada “classe média tradicional” é aquela que já havia realizado suas conquistas no passado e agora tem os ganhos estabilizados. Pessoas deste grupo já nasceram na classe média, tendo casa própria, carro, tem os filhos em escolas particulares, fez poupança e investimentos e tem uma rede de relações que pode recorrer em casos de necessidade. A educação universitária parece um fator essencial para definir quem é da classe média. (p.29). Neste sentido, Singer (2013, p.28) aponta um dado relevante com relação ao perfil dos manifestantes: “Nas oito capitais pesquisadas, nada menos que 43% dos manifestantes tinham diploma universitário, quando, em 2010, apenas 8% da população brasileira tinha canudo.” Contudo, devemos pensar que a “classe média brasileira” é composta pelos membros da “tradicional” e da “nova classe média” – esta segunda a que foi alçada social e economicamente na era Lula. Se considerarmos esta perspectiva de definição de “classe média”, percebemos duas coisas: que ela havia crescido nos últimos anos e que ela estava presente consideravelmente nas manifestações. Outros indicativos abaixo vão trabalhar melhor os setores médios.

As manifestações de massa no Brasil, nas últimas décadas, foram bastante pontuais quando nas cidades, como nos anos 1960 com as greves e paralisações pré-golpe militar de 1964 e as passeatas estudantis em 1968, em 1984 no movimento de Diretas Já, e em 1992 no *impeachment* do ex-presidente Collor. (GOHN, 2013,p.431). Todavia, a década de 1980 marcou um crescimento de mobilizações urbanas e também as operárias, como resultado do tipo de modernização que a sociedade tinha passado nos trinta anos anteriores; mas a partir de 1990 – salvo o episódio impedimento do Collor – houve uma “ruralização da luta social”: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e a resistência de populações locais à destruição de seus meios e modos de vida. (VAINER,2013, p.35-36). Nos anos 2000, o governo Lula conseguiu de certo modo remediar os problemas rurais, seja com crédito, ou políticas de valorização da agricultura familiar, voltando o epicentro social novamente para as cidades, cada vez mais inchadas, contraditórias e consumistas. E isso é de extrema relevância para a proposta deste estudo.

Devemos considerar que, de forma geral, os problemas causados pela urbanização geram resultados primeiramente nas capitais – que os sentem primeiro – assim, se tornando um caldeirão de experiências, e ao mesmo tempo de estímulos e respostas das pessoas, podendo gerar vários desfechos. Em maio de 2013, a prefeitura e o governo do estado de São Paulo anunciaram o aumento da passagem do transporte coletivo para o próximo mês. No dia 2 de junho de 2013 começou a vigorar a nova tarifa do transporte urbano de São Paulo – ônibus, trens e metrô, subindo de R\$3,00 para R\$3,20. No dia 6 de junho o MPL (Movimento Passe Livre), mobilizando pessoas via internet, levou às ruas entre mil e duas mil pessoas, contra este aumento. Havia começado.

### 3.1 O mês que não terminou

Devemos ter em mente que as manifestações de junho de 2013 não foram homogêneas em relação as fases que ela apresentou, nem em relação às pautas. De fato, ela se inicia com uma pauta específica na capital paulista – a revogação do aumento da passagem – que após outros episódios se tornou mais plural e mais territorial, chegando a 360 cidades, em mais de 700 protestos.

André Singer (2013, p.24-26) divide os acontecimentos em três fases as quais exporei a partir de agora, tendo como base os estímulos-respostas dos vários agentes envolvidos: a população, o poder público, a força de segurança, a mídia etc. O mês de junho é, sem dúvida, um marco na história brasileira, pelo seu alcance quantitativo e espacial. Para começarmos a apreciá-lo precisamos, à princípio, saber como chamá-lo. Análises dividem-se em relação a isso: Seriam *jornadas*? – comparando-as à revolução Parisiense de 1848; seria um *movimento*? – em relação ao *Occupy* norte-americano; seria uma *marcha*? – comparado à da maconha ou das vadias; ou seriam atos? Ou protestos? Ou ondas?. “Esta definição é importante porque trata da identidade do movimento”. (GOHN, 2013,p.434-435). E se este é expressão de algo, precisa ser identificado.

O fato é que nenhum nome (Revolta do Vinagre, Revolta da Tarifa, Inverno Brasileiro...), pegou; ao contrário da Primavera Árabe, do *Occupy Wall Street*, do 15M espanhol, do *YoSoy132* mexicano e do *DirenGezi* turco, o movimento brasileiro [...] não tem nome. [...]. Não é apenas uma questão de reconhecer uma identidade (“quem é essa gente?”), mas de identificar uma vontade (“o que eles querem?”). (GOHN,2013,p.435).

A primeira fase das manifestações ocorreram nos dias 6, 7 10, 11 e 13. “As iniciativas seguiram o modelo adotado pelo Movimento Passe Livre (MPL) em anos anteriores. Convocados pelas redes sociais, os manifestantes percorriam e paralisavam as vias públicas por horas a fio, havendo escaramuças com a polícia.” (SINGER, 2013,p.24). No dia 06 os manifestantes foram para a avenida paulista. No dia 07, uma quantidade maior de pessoas, cerca de cinco mil, bloquearam a marginal do rio Pinheiros. A polícia utilizou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha e os manifestantes responderam com pedras. (IZIQUE, 2014, p.15). No dia 10, as manifestações foram na zona oeste paulistana. Neste mesmo dia, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, cerca de trezentas pessoas protestaram destruindo tapumes e também houve enfrentamento com a polícia.

No dia 11, de fato, as mobilizações ganharam corpo em São Paulo. Convocadas pelo MPL, desta vez chegaram a ter entre cinco e doze mil pessoas, se tornando uma verdadeira “batalha campal com as legiões da ordem”, sendo que muitas cenas de violência policial e destruição do patrimônio por grupos de jovens foram reportados pelos jornais. Um dia depois, o governador Geraldo Alckmin anunciou o endurecimento da força policial para a próxima manifestação; o MPL esclareceu que já havia perdido o controle dos manifestantes. No dia 13, também em São Paulo, entre cinco e vinte mil pessoas marcharam pacificamente do centro até a rua da Consolação, sendo impedidas de prosseguir para a avenida paulista pelas forças policiais. “A partir daí inicia-se repressão violentíssima [...] tendo a PM atuado sem controle por horas, atingindo transeuntes e jornalistas de maneira indiscriminada. Depoimentos de partícipes e observadores deram conta de policiais “enlouquecidos” e “cenas de guerra”. (SINGER, 2003, p.25). No Rio, cerca de dez mil manifestantes participaram de ato e outras centenas em Porto Alegre. (IZIQUE, 2014, p.17).

13 de junho em São Paulo, quando a polícia reprimiu de forma desproporcional [...] que acabou por transformar um pequeno grupo, organizado em torno da questão da diminuição do preço das passagens, em porta-voz de uma insatisfação generalizada [...] levando

milhões de pessoas às ruas nos dias subsequentes [...]. Talvez o movimento tivesse crescido de qualquer modo, mas, no mínimo, a reação policial desequilibrada aumentou a visibilidade e a legitimidade dos manifestantes naquele momento. Depois daquela intervenção, o movimento conquistou simpatia nacional e se espalhou como um rastilho de pólvora. (KAHN, 2014, p.116-117).

Com esta alteração significativa, a segunda fase das manifestações que ocorreram nos dias 17, 18, 19 e 20 de junho transformaram o movimento em algo muito maior. “Agora outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as demandas.” (SINGER, 2013, p.25). No dia 16, manifestações lideradas por estudantes e imigrantes brasileiros reuniram centenas em Washington, Berlim e Dublin. No Brasil, um guia de conduta para como agir em case de violência nos protestos viralizou na internet. O governo do estado de São Paulo, vendo a repercussão negativa anterior, disse que não pretende utilizar tropas de choque ou balas de borracha na próxima manifestação e convida o MPL para uma reunião. (IZIQUE, 2014, p.17). Neste mesmo dia começa a Copa das Confederações, levando o protagonismo também às demais cidades que haveriam jogos, além de São Paulo, Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

No dia 17, também convocado pelo MPL, cerca de setenta e cinco mil pessoas se reuniram em São Paulo. Nesta ocasião, de fato, as pautas se multiplicam generalizada e explicitamente, como expressos nos cartazes levados: “Queremos hospitais padrão FIFA”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Fora Dilma”, “Fora Alckmin”, “Nossos sonhos valem mais de R\$0,20”, “Desculpem o transtorno, estamos mudando o país”, “Ou para a roubalheira, ou paramos o Brasil”, “O povo unido não precisa de partido”, “Parem de falar que é pela passagem”, “Nós queremos um plano diretor e maior mobilidade na cidade”, “Contra a PEC 37”, “Não nos representam” etc. Percebemos aqui que temos tanto pautas específicas, como pautas abstratas, como amplas demais, e sobretudo, diferentes. Ou seja, a agenda inicial do MPL se disseminou em várias demandas. “230 mil pessoas protestam em 11 estados. Em Brasília, manifestantes ocupam a cobertura do Congresso Nacional; no Rio, a concentração é na Assembleia Legislativa; em São Paulo, representantes de partidos políticos são impedidos de levantar bandeiras. Não há confrontos.” (IZIQUE, 2014, p.18).

No dia 18 manifestantes tentaram invadir a sede da prefeitura de São Paulo, saquearam lojas, queimaram uma cabine da PM e um furgão da TV Record. A polícia reagiu com cassetetes e gás de pimenta. Vinte mil pessoas ocuparam a avenida paulista. No Rio, “as manifestações adquirem certo sabor de sublevação popular.” (SINGER, 2013, p.25-26). Em Minas, o governador Antônio Anastasia pediu apoio da Força Nacional de segurança para controlar as manifestações em Belo Horizonte. E a presidenta Dilma disse estar ouvindo as vozes das ruas pela Mudança. (IZIQUE, 2014, p.18).

Já no dia 19, em Fortaleza, dez mil estudantes e membros de movimentos sociais entraram em confronto com a polícia antes e depois do jogo entre Brasil e México. Neste mesmo dia, o governo e a prefeitura de São Paulo revogaram o aumento das tarifas e no Rio o governador do estado, Sérgio Cabral, reduziu as tarifas do transporte coletivo.

O dia 20 marca uma onda sem igual. Entre 1 e 1,5 milhões de pessoas em mais de 100 cidades saíram às ruas supostamente para comemorar as reduções das tarifas, acontecidas em várias cidades. A presidenta anunciou um “pacote” de medidas para a juventude e, dias depois, propôs uma Constituinte exclusiva para a reforma política, a qual seria depois submetida a plebiscito popular.

Do dia 21 até o final de junho temos a terceira fase das manifestações. Nesta etapa as mobilizações se fragmentaram, contudo, agora com objetivos mais específicos. No dia 22 uma passeata contra a PEC 37 reuniu trinta mil pessoas em São Paulo, neste mesmo dia, entre 70 e 100 mil pessoas protestaram contra os gastos da Copa em Belo Horizonte, sede do jogo entre Japão e México. A presidenta anunciou um Pacto de Mobilidade Urbana e se comprometeu a se reunir com os prefeitos. Um dia depois, duas mil pessoas protestaram contra a PEC 37 em frente a residência do governador do Rio. (IZIQUE, 2014, p.19-20).

No dia 24 manifestantes deprearam ônibus em Brasília, tomaram as ruas do Rio e bloquearam rodovias na Baixada Santista e em Goiânia. No dia 25, com a falta de apoio, Dilma desiste da Constituinte para a reforma política. A Câmara dos deputados rejeitou a PEC 37. No dia 26, movimentado, cinquenta mil manifestantes confrontam a polícia em Belo Horizonte durante o jogo do Brasil. Em Recife, “dois mil manifestantes entregam pauta de reivindicações sobre transporte público ao governador [do estado] e milhares vão às ruas em Brasília e no Rio Grande do Sul.” Além disso, o Senado definiu corrupção como crime hediondo e a proposta seguiu para a Câmara, os deputados aprovaram o projeto que vincula recursos de *royalties* do

petróleo à educação e saúde, e a Câmara dos Deputados aprovou emenda que institui voto aberto para cassação de mandado parlamentar por falta de decoro e por condenação criminal. (IZIQUE, 2014, p.21).

No dia 27 manifestantes incendiaram carro da TV Diário e entraram em choque com a polícia durante jogo da Copa das Confederações em Fortaleza. No dia 30, setenta mil pessoas cantaram o hino nacional à capela no jogo entre Brasil e Espanha pela final da Copa das Confederações. Em suma, as manifestações envolveram milhões de pessoas, com pico no dia 20 que, segundo levantamentos, pode ter chegado a três milhões de pessoas nas ruas, só neste dia. (SECCO, 2013, p.75).

As manifestações de 2013 não se circunscreveram apenas à junho, nem se iniciaram naquele mês. Em janeiro daquele ano, em Porto Alegre, houve uma manifestação quando as empresas de ônibus pediram aumento no preço da passagem, assim como outras, por este e outros temas, no final do ano. O mês de junho é emblemático porque parece uma síntese da pauta do transporte urbano – e também da amplitude que tomou – para depois, dar vazão aos demais questionamentos, que vieram em várias frentes. “Já que estava nas ruas mesmo e que tinha conseguido amenizar a fúria truculenta do parêntese policial, a opinião pública resolveu pôr para fora todas as queixas que sempre teve dos métodos nefastos adotados pela representação política e pela gestão pública.” (PINTO, 2014, p.100-101). Podendo ser interpretado de outra forma:

Aderiram por que se identificaram com os manifestantes de primeira hora. Aderiram porque estavam atentos ao cenário nacional e se sentiam não representados [...], sem canais de expressão e, nesses momentos, o protesto explode. Sentiam-se detentores dos direitos no papel, na lei, mas não na prática [...]. (GOHN, 2013, p.439).

O título desta seção, “O mês que não terminou” se refere ao livro do jornalista Zuenir Ventura, “1968: o ano que não terminou”, o qual aborda outra emblemática passagem história no mundo, onde jovens saíram as ruas em questionamento aos valores vigentes, em épocas de Guerra do Vietnã, governos autoritários, o AI-5 no Brasil etc. São marcos que, conforme sabemos, são apropriados de várias formas numa sociedade cujos agentes querem fabricar certos consensos, todavia, fica o sentimento que algo começou ali e ainda está mal resolvido.

### **3.2 Classe média: descontentes ou motores do descontentamento?**

Para tentarmos fazer uma interpretação das manifestações, nos limites deste trabalho, devemos primeiramente entender a que se refere este fenômeno:

As manifestações fazem parte de uma nova forma de movimento social, que se caracteriza por participação de uma maioria de jovens escolarizados, predominância das classes médias, conexão por e em redes sociais, organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas tradicionais da política da atualidade – especialmente partidos e sindicatos. (GOHN, 2013, p.431).

A autora diz que muitos dos jovens participantes estão fazendo seu batismo na política, e como não é um movimento verticalizado, não há também apenas uma ideologia ou utopia. O que, pode nos levar a teorizar algumas perspectivas de correntes de pensamento:

Alguns retiram, da esquerda, ensinamentos sobre luta contra o capital e as formas de controle e dominação do capitalismo [...]. Do anarquismo e do socialismo libertário [...] solidariedade, a liberdade dos indivíduos, a autogestão, e a esquecida fraternidade[...]. Há também um novo humanismo na ação de alguns, expresso em visões holísticas e comunitárias, que critica a sociedade de consumo, o egoísmo, a violência cotidiana [...]. Muitos não têm formação alguma, estão aprendendo na luta do dia a dia, formando seus valores conforme o calor da hora.(GOHN, 2013, p.432).

O método do protesto também varia de acordo com os agrupamentos presentes nas manifestações. Temos, por exemplo, os *Black Blocs*, que, segundo os mesmos, têm como tática atuar como um escudo para

proteger os manifestantes pacíficos contra a violência policial, mas, sobretudo, têm a violência “como forma de se expressar socialmente”, uma vez que não têm espaço na mídia tradicional. Além deles, outros grupos chamados “anarquistas” – como os *Anonymous* e *Kaos* – adeptos de uma visão de esquerda não tradicional, como a luta de classes etc.

A ideia de anarquia surge a partir do desejo da liberdade, igualdade, justiça e independência, de um governo que não é governo. A reorganização da sociedade deveria ocorrer através de associações livres de contato. As mudanças econômicas deveriam ter primazia em relação às políticas. As “Sociedades de Ajuda Mútua” seriam os principais meios de realizar a mudança social se violência. (GOHN, 2013, p.437).

Todos que acompanharam de alguma forma as manifestações perceberam que o verde e amarelo presente em grande parte dos manifestantes poderia dizer várias coisas, e coisas totalmente opostas, “desde ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo”. (SINGER,2013, p.32). Contudo, fica claro que a iniciativa do MPL, que iniciou as convocações e que é um movimento atuante desde 2005, tem como perspectiva criticar a “lógica da mercadoria” expressa no transporte coletivo. “O transporte é entendido então como uma questão transversal a diversas outras pautas urbanas.” (MPL, 2013,p.16).

André Singer considera que os extremos das manifestações foram mais claros que os pontos intermediários, tornando possível fazer considerações sobre o que se chama tradicionalmente de direita e de esquerda.

Apareceu de imediato um viés progressista das manifestações que poderiam prenunciar novo ciclo de lutas dos trabalhadores. [...] Surgiu também com clareza a vertente à direita, que pretendeu desencadear uma pressão regressiva em relação ao campo popular que está no governo com o lulismo desde 2003. (SINGER,2013, p.32).

Conforme vimos anteriormente, os movimentos foram feitos por fases. Singer considera que a partir do momento que “importantes setores da classe média” foram para as ruas transformou o que havia sido um movimento da “nova esquerda”, em um arco-íris. Neste momento em diante as manifestações adquiriram um viés oposicionista – representado pela queda da aprovação dos governos nas pesquisas de opinião no final do mês. (p.34).

A partir daí a análise do cenário se torna bem mais complexa, mas parece que a direita conseguiu de certa forma tornar os movimentos em uma crítica à corrupção, enquanto a esquerda uma crítica à precariedade dos serviços públicos. Óbvio que os setores dialogam entre eles, e, segundo Singer (p.35), parece que a direita estabeleceu uma relação entre a corrupção e as carências sociais – “não tem serviços, pois não tem dinheiro” – pretendendo, de certa forma, se apropriar do movimento.

Desta maneira, a segunda etapa do movimento ganhou um viés anti-corrupção, mas a esquerda conseguiu levar suas críticas, após a queda das tarifas, à questão dos gastos com os estádios: ao “branqueamento” dos estádios e a má gestão do dinheiro público que deveriam ser para servir a população. Podendo surgir outra interpretação de viés esquerdista, mais radical, de que resultado do lulismo foi apenas um “reformismo fraco”; ou até mesmo no extremo oposto, pedindo o retorno dos militares ao poder.

Deste imbróglio de pontos de vista, um cruzamento ideológico com a mistura de classes, conforme aponta Singer, veio à tona, o centro. “O centro que apareceu nas manifestações acredita em um tecido social unificado e participativo contra um aparelho estatal opressivo, do qual quer remover velhos hábitos, simultaneamente atrasados e corruptos.” (p.37). Ele encampou as duas bandeiras anteriores:

Como uma espécie de inesperado generalizador do programa espontâneo das ruas. A única condição para que pudesse levar adiante tal operação aditiva foi a de não transformar a reivindicação de hospitais e escolas “padrão FIFA” em um verdadeiro combate ao capitalismo, como quer a esquerda, nem a perseguição aos corruptos, em uma obsessão vingativa à esquerda como propõe a direita. (SINGER,2013, p.36).

Daí podemos conjecturar uma teoria do centro, presente nas manifestações a partir do dia 17. O cientista social Ronald Inglehart chama de pós-materialismo o seguinte: “A medida que as sociedades vão

resolvendo os seus problemas materiais ocorre mudança de valores, os quais passam gradativamente daqueles que enfatizam ‘a segurança econômica e física’ para aqueles que ressaltam ‘a autoexpressão e qualidade de vida’”. (SINGER, 2013, p.37). Em Outras palavras, conforme Lara Resende, “a relação entre renda e bem-estar só é claramente positiva até um nível relativamente baixo de renda. A partir daí, o aumento do bem-estar está associado ao que se pode chamar de qualidade de vida, cujos elementos fundamentais são o tempo com a família e os amigos.” (p.37). Singer, baseado em uma pesquisa feita em São Paulo no dia 20/06 daquele ano, conjectura que o centro pós-materialista teria ressignificado de um modo mais sutil as manifestações.

Faz sentido, neste momento, perguntarmos como se posiciona este centro em relação às questões fundamentais, como presença do Estado e quais deveriam ser as prioridades. Para isso, grosso modo, a diferença entre direita e esquerda é que o primeiro pede mais mercado e o segundo pede mais Estado. Já o centro, “tenta escapar do dilema por meio do recurso à “maior participação social” [...] colocada fora do conflito distributivo.” (SINGER, 2013, p.39). Ou seja, ele chama à participação só que, se considerarmos a questão das bases materiais básicas de vida como prerrogativas a se conseguir ser mais ativos na sociedade, as classes menos favorecidas estão excluídas.

Outro agente importante a ser considerado é a atuação da mídia. Venício A. de Lima (2013, p.92) traz um resumo e uma análise de como a mídia tradicional (a “velha mídia”) se portou em relação aos acontecimentos. A primeira reação foi de condenar as manifestações, entendendo que era vandalismo e deveria ser reprimida. Com o crescimento dos protestos ela passou a cobrir em tempo real e deixou transparecer ser uma observadora imparcial. Num terceiro momento, ela passou a instigar e também pautar as manifestações, trazendo outros elementos ao que de fato acontecia, uma tentativa de cooptação. “A velha mídia identificou nas manifestações [...] a anulação do aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo – a oportunidade de disfarçar o seu papel histórico de bloqueadora do acesso público às vozes [...] da imensa maioria da população brasileira.” Maria da Glória Gohn (2013, p.439) entende a ambiguidade dos meios de comunicação tanto como criminalizador dos protestos, quanto espetacularizando-o, ou informando data, horário e local dos atos. O fato é que carros das principais redes do país, assim como repórteres quando portando os símbolos das emissoras, foram coagidos pelos manifestantes.

Pensemos agora mais uma vez no perfil dos manifestantes. Fato é que as pesquisas apontaram que se tratou de uma manifestação de jovens da classe média – contrariando o que se imagina por uma manifestação social. Rubens Figueiredo (2014,p.29) expõe que “era composto em geral por saudáveis e atléticos jovens de universidades de ponta (algumas privadas e caríssimas), estando longe de parecer uma horda de famintos [...].” Roberto Macedo (2014, p.41) complementa dizendo que a maioria dos jovens eram da classe média “tradicional”, distinguindo-os da “nova classe média”; os segundos, “permanecem no ‘lucro’ e deslumbrados com o maior consumo a que tiveram acesso, estimulado também pelo crédito ampliado.” Mesmo assim, “amplos setores [...] moram em residências que não têm serviço de esgoto ou de recolhimento de lixo [...] Quando possível, tentam fugir do sistema público de saúde e educação básica, considerados de baixa qualidade, o que pressiona ainda mais o orçamento familiar.”. (SORJ, 2014, p.94). Podendo fazer-nos considerar que a “classe média tradicional”, arcando com pesados tributos e uma carestia crescente – e a falta dos serviços públicos – reclamava acima de tudo por não ser beneficiada pelos gastos do governo. Os subsídios vinham em benefícios fiscais e financeiros para as classes altas e em repasse de verba para as classes baixas – conforme apontado por Roberto Macedo (2014, p.48) –, sendo que parte desta segunda acendeu à média.

Raciocinando do porquê de ser a classe média e não outras, podemos considerar: ora, os mais pobres, crianças, ou idosos têm condições de se envolverem em grandes e abertas manifestações? As classes altas o fariam desta maneira? Logo, sobrando como possíveis contestadores, os jovens ou os adultos, antes da terceira idade; ambos de classe média. Denis Rosenfield (2014) lembra que processos sociais transformadores como a Revolução Francesa e a Revolução Americana partiram de classes que têm condições mínimas de vida e que, também por isso, podem pensar a sociedade e agir. Fato que desde o início da era moderna a classe média é tida como a classe com potencial transformador; e, no Brasil contemporâneo, um país de classe média – pós os anos 2000 mais do que nunca –, é natural que isso parta dela. Todavia, seria um reducionismo imaginar que um ator social age e os demais ficam parados, embasbacados, sem se posicionar com relação a algo que toca a vida de todos.

Equívoca-se, assim, quem pensa que tais protestos foram coisa de classe média abastada, de meros estudantes revoltados. Elas contaram com o apoio popular, salvo, quando resvalaram na questão da violência. Pesquisas mostram isso, além de ser visível o apoio da

população em geral a essas formas públicas de descontentamento. Irmanam-se jovens e idosos em torno de uma pauta comum – quem paga. (ROSENFELD, 2014, p.135).

André Singer (2013, p.27-32) embasado em dados estatísticos do perfil dos manifestantes nas principais capitais do país, tentando ir mais à fundo no perfil dos contestadores, considera que este movimento pode ter sido do “novo proletariado”: trata-se dos trabalhadores, em geral, jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. Conforme ele aponta, estes jovens e jovens adultos possuem alta escolaridade – em São Paulo e Belo Horizonte a maioria com superior completo, no Rio de Janeiro e nas oito capitais pesquisadas, com superior incompleto – denotando a virtual ausência das classes mais populares. Outro indicativo pesquisado foi a renda familiar mensal dos manifestantes (tendo como entendimento médio para este cálculo uma família de quatro pessoas). De forma geral, esta pesquisa apontou que 50% dos manifestantes estavam no grupo chamado de “baixo rendimento no Brasil”, os que possuem até cinco salários mínimos de renda.

Isso, conforme apontado por Singer, contraria o pensamento de que a maioria deles fazia parte da “classe média tradicional”. Se de fato eles correspondem a esta classe considerando a escolaridade, eles a negam considerando os rendimentos/ ocupações. Pois a tradicional é marcada por profissionais liberais, ou funções não manuais, técnicas e administrativas; não por profissões consideradas médio-inferiores, como balconista, auxiliar de escritório, motorista, recepcionista etc, pelo que os dados fazem transparecer. Outro dado é que a maioria deles – em torno de 70% – trabalhavam. O que nos dá a conclusão de que este “novo proletariado” pode ter como característica “jovens de escolaridade mais alta que a renda.” (p.31). Como conclusão do perfil dos manifestantes, deve-se pensar que se compuseram de “Dois blocos, [um], formado por jovens e jovens adultos de classe média e outro por pessoas da mesma faixa etária, mas pertencente à metade inferior da estrutura social brasileira [...]” (p.31). O que nos faz considerar que havia um contingente de classe média, mas ela não correspondia ao todo, e, ao mesmo tempo, que o “subproletariado” não participou dos protestos. (p.32). A segunda fase dos protestos produziu um cruzamento de classes.

Pensando especificamente nas faixas etárias, tem-se, por padrão, que de 16 a 24 anos são jovens, a partir daí, adultos. Segundo o levantamento de dados:

Foi, portanto, um movimento formado por base majoritária de jovens, complementada por significativo contingente de jovens adultos (aproximadamente de 26 a 39 anos), com pequena inserção de adultos da meia-idade para cima. Somados, os dois blocos principais agregavam cerca de 80% dos que estavam na rua. (SINGER, 2013, p.28).

Para uma apreensão em relação à população brasileira, segundo o Datafolha em pesquisa realizada em São Paulo numa das maiores manifestações, foi observado que 51% das pessoas tinham até 25 anos. “Na prática, isso quer dizer que o peso relativo da juventude naqueles protestos foi cerca de três vezes superior ao seu peso na população em geral. É a mesma coisa que dizer que os jovens foram para a rua numa intensidade muito maior do que a média dos brasileiros.” (SCHMITT, 2014, p.152).

Maria da Glória Gohn (2013) traz à tona algumas considerações de Manuel Castells sobre os movimentos contemporâneos pelo mundo. Para ele, são estes movimentos sociais, e não os políticos, que mudam a história, porque eles realizam uma transformação cultural essencial para modificar as estruturas de poder. Estes movimentos se unem pela recuperação de uma dignidade que foi perdida. Muitas das vezes começam com algo que parece pequeno, mas que corresponde a uma indignação generalizada da sociedade. “As pessoas não aguentam mais.” (GOHN, 2013, p.438).

Rubens Figueiredo (2014) faz uma abordagem do tamanho que junho de 2013 representou em termos históricos.

A sociedade brasileira nunca tinha protagonizado ou presenciado um movimento tão extraordinário, surpreendente, expressivo, intenso e vencedor [...]. Em poucos dias, a mobilização dos jovens acuou a presidente da República, embolou a sucessão presidencial, tirou a empáfia dos governadores, obrigou prefeitos a cancelarem o aumento da tarifa do transporte público, derrubou substancialmente o índice de credibilidade das instituições, confundiu analistas, colocou em dúvida a suposta onisciência do marqueteiro-mor de Brasília, criou embaraços entre ministros, fez o Congresso votar matérias que estavam

repousando nos escaninhos haviam tempos, estimulou a torcida a cantar a plenos pulmões o Hino Nacional nos jogos da seleção na Copa das Confederações, colocou o Brasil nas manchetes internacionais, assustou a polícia e instituiu, pelo menos por algumas semanas, a sociedade no comando do Estado. Visto em perspectiva, trata-se de um acontecimento excepcionalmente único. (p.23).

#### 4. AS VOZES DAS RUAS

No capítulo inicial deste estudo tentamos trabalhar a problemática da vida brasileira, considerando seus antecedentes, suas prerrogativas, o ponto de vista do indivíduo, assim como paradoxos da nossa era. No seguinte, procuramos apreciar o ano de 2013 com suas características e seus principais indícios, que iriam desembocar em junho. Traçamos o histórico das manifestações naquele mês e, por fim, buscamos interpretar o que de fato aconteceu.

Várias pesquisas foram feitas nacionalmente para tentar apreender o que de fato as pessoas nas ruas queriam; lembremos, falamos de milhões; e mais, a aceitação dos protestos por ter sido grande, tornam os dados ainda mais difíceis de serem apurados e interpretados. Sendo importante tentarmos formas alternativas de fazê-lo.

Sabemos que, por vezes, as pesquisas mesmo sendo feitas criteriosamente e seguindo padrões matemáticos rigorosos não dão conta de descrever o que pretendem. Isso se dá por vários motivos, seja por que nem todas as variáveis foram percebidas, ou por que a amostragem não suficiente para dar cabo do objeto de estudo, ou por que quando qualitativo não categorizou ao certo, ou os entrevistados deram valores diferentes às palavras – distorcendo as percepções –, ou porque as pessoas mudaram de ideia depois das pesquisas, ou não foram sinceras no estudo etc. Um exemplo bem recente que tivemos foram as pesquisas para a sucessão presidencial em 2014. Os principais institutos de pesquisa apresentaram dados que depois foram grosseiramente desmentidos nas urnas mostrando que outras formas de mensuração são necessárias.

Para isso, este trabalho raciona da seguinte forma: tivemos uma manifestação gigantesca no Brasil, sendo um grande desafio qualquer tipo de dedução do que elas buscavam porque, de fato, as variáveis que deveriam ser analisadas para um estudo como esse seriam abrangentes demais, sendo até mesmo difícil enumerá-las. O certo é que haveria a necessidade de uma multidisciplinaridade, exigindo muito investimento e que não necessariamente traria um resultado fidedigno; lembremos, estamos falando de milhões de *seres humanos*, de regiões e origens diferentes, de estruturas de pensamento diferentes, de visões do mundo diferentes, de níveis de conhecimento diferentes, enfim, seria um grande esforço para um resultado ainda duvidoso. Com esta premissa, consideramos que por mais análises que possam ser feitas, imaginadas ou apresentadas hipoteticamente, existe algo de concreto observável: as pautas dos manifestantes.

Ora, se é inviável quantificá-las porque o acontecimento já se deu – e esta contagem seria algo surreal –, também a mensuração estilo *survey* traria dificuldades consideráveis como já apontamos, somados à questão dos que foram se manifestar e não se expressaram individualmente – apenas seguindo a onda das manifestações. Cabendo a seguinte pergunta: como poderíamos extrair de junho de 2013 demandas efetivas? A resposta que damos é: observando o que dizem os pesquisadores.

Sim, como não podemos extrair o que mais de 80% da população brasileira reivindicava, podemos analisar o que os pesquisadores falam das demandas observadas. O que fizemos até aqui neste trabalho foi um grande debate entre pontos de vistas, visões e descrição dos fatos apreendidos. Agora, vamos trazer à luz – dentro dos limites que propomos, pois a bibliografia de 2013 é enorme – o que foi observado pelos antropólogos, cientistas políticos, arquitetos, jornalistas, filósofos, sociólogos, economistas etc, que fazem parte da intenção deste estudo. Tomamos por critérios os livros publicados até o início de 2014, escritos por mais de dois analistas – trazendo mais pontos de vista –, que buscam abordar no texto as pautas das ruas – mesmo que não explicitamente com esta intencionalidade – e que tratem especificamente de junho, não considerando manifestações anteriores ou posteriores. É a soma destes critérios que chamamos de “no calor do momento”, textos escritos muitos próximos temporalmente dos acontecimentos, trazendo não apenas à tona critérios racionais – que muitas das vezes nos endurecem e nos afastam do humano –, mas também o emocional e o intuitivo. Pois sabemos, racionalmente o melhor caminho é racionalizar, mas até que ponto apenas ele corresponde ao mundo? Por isso, a escolha de tratar o que foi escrito o mais próximo possível, porque além da razão outras potencialidades humanas *viram* o que de fato aconteceu e dialogaram entre si.



Os dois livros que atenderam a estes critérios foram “Cidades Rebeldes, passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”, (Boitempo, 07/2013) e “Junho de 2013, a sociedade enfrenta o Estado” (Summus editorial, 01/2014). Ambos foram escritos por vários analistas, que consideraram vários vieses do que aconteceu em junho. Com critério de transparência devemos considerar que a Boitempo se trata de uma editora mais esquerdista, já a Summus, sem um viés específico identificado. Contudo, por mais que em termos quantitativos quanto aos artigos, o livro “Cidades Rebeldes”, traga uma quantidade maior – 12 analisados, enquanto o “Junho de 2013” traz 8 –, em termos quantitativos quanto à contagem de pautas, foi livre – sem nenhuma sistematização numérica. Tendo, por exemplo, artigo do segundo livro com 7 pautas, enquanto do primeira, com apenas 1, e ao contrário também. E se o livro “Junho de 2013” tem menos artigos analisados, por outro lado ele tem mais pautas que entraram na contagem. Das 81 pautas extraídas, contabilizando os dois livros, 50 são deste livro. Pouco mais de 60%.

Assim, no livro “Cidades Rebeldes” (chamemos de livro 1) composto por 16 artigos, 12 foram considerados válidos para o critério da contagem de pautas; já o livro “Junho de 2013” (chamemos de livro 2) composto por 10 artigos, 8 foram considerados válidos. Os critérios utilizados para que um artigo fosse considerado válido, foram estes: textos em que o autor explicita diretamente a pauta, ou fica evidente conforme a argumentação traçada, podendo haver em um mesmo texto uma pauta ou mais, ficando excluídos os textos em que o autor frisar que as pautas eram múltiplas – o que é evidente –, e ele não apontar nenhuma específica. Além disso, se um autor trabalhar de forma diferente um mesmo tema, será contada apenas uma pauta para aquele assunto, ou seja, nunca se repete a mesma pauta na contagem de um mesmo texto. Atendendo a critérios de transparência, no final deste trabalho estão os anexos 1 e 2 os quais estão os nomes dos autores, separados pelos respectivos livros, as pautas extraídas de seus textos, e as subcategorias – que tratarei abaixo – que elas foram incluídas.

Os textos que não entraram na contagem das pautas também estão incluídos nos anexos com a justificativa para não os fazer. Todavia, ainda preciso fazer um adendo aqui sobre o tema dos meios de comunicação no Brasil. Dois desses textos que não entraram na contagem foram de Silvia Viana e Lincoln Secco, ambos tratando, mas não somente, do tema dos *media*. Considero este tema de extrema relevância, inclusive já o trabalhei em outra oportunidade – “O Leviatã e o auditório: uma análise do telejornalismo brasileiro pela ótica do cidadão” (agbook, 2010) –, mas, apesar dos artigos citados abordarem de forma consistente o tema, não o encararam como uma pauta em si, mas sim discutiram a atuação da mídia durante as manifestações. Diferente, por exemplo, do que fez Venício A. de Lima, com o mesmo tema, fazendo-o entrar na contagem.

Acreditamos ser importante considerar também que mesmo se os artigos estudados partam de um pressuposto das pautas observadas pelas equipes editoriais que passaram aos analistas para escreverem sobre algum tema específico, na prática, no levantamento dos temas abordados, observamos uma multiplicidade de demandas, ou seja, nenhum pragmatismo propriamente dito. O que nos faz conjecturar, até pelo capital cultural dos artiguistas, que os textos foram escritos considerando a complexidade de junho, e não como uma visão parcial dos eventos.

Faz-se importante também entendermos que não é do escopo deste estudo fazer uma análise sistemática de conjuntura, pois, como já abordado, apreciamos artigos ainda que feitos em conjunto – enquanto projetos de dois livros – carecem de uma visão mais pragmática para poder abarcar as várias variáveis que poderiam ser concebidas num evento tão complexo que foram as manifestações de junho. Souza (1984 p.10-8) entende que cinco pré requisitos devem ser preenchidos para que possamos analisar algo enquanto conjuntura, são eles: os acontecimentos (saber diferir o que é relevante socialmente de algo que é apenas um fato); os cenários (o local onde a trama ocorre, se nas ruas ou nos meios institucionalizados); os atores (agentes, grupos, instituições, classes sociais etc); as relações de força (entre os atores referidos e as circunstâncias) e a articulação entre estrutura e conjuntura (as condições dadas, os acontecimentos, os atores, os movimentos, as contradições, as condições que o geraram, os fenômenos novos etc). E estes, assim como pré considerados, não foram necessariamente alvo dos escritores dos artigos analisados.

Vamos perceber que em vários pontos de minha análise existirá uma transversalidade que irá tocar nestes itens citados, todavia, sem a pretensão de ser algo definitivo, fechado, pelo contrário. A tomada de optar por fontes não relacionais – livros de editoras diferentes – subentende que não há a intencionalidade de um discurso totalizante, mas sim a consideração de que temos boas análises ainda que sejam recortes – que se complementam. “A análise de conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse. Neste sentido não há análise de conjuntura neutra, desinteressada.” (SOUZA, p.8). Entendida esta passagem, insisto que a premissa é de que

há um descontentamento que pode ser comum à sociedade, contudo sabendo que as soluções podem ser conjecturadas a partir do pertencimento social e/ou intencionalidade daquele que lê este trabalho.

Outra questão a ser considerada é sobre a ligação ou não das manifestações sociais brasileiras com as demais que ocorrem no mundo desde 2002, que se intensificaram pós 2011 – como o *Occupy Wall Street* americano, os *Indignados* espanhóis, a *Primavera Árabe*, a revolução egípcia etc. Os autores analisados divergem com relação a sua ligação: alguns fazem questão de enfatizar a semelhança, outros dizem que cada evento tem suas particularidades – não sendo correlatos –, já outros autores nem comentam. Como esta não é nossa prerrogativa aqui, cabendo para um trabalho específico, apenas devemos considerar que com o nascimento das redes sociais (2003, MySpace; 2004, Orkut e Facebook; 2005, Youtube; 2006, Twitteretc) um novo tipo de manifestação começou a se configurar. Tulio Kahn (2014) traça um perfil:

[A] maioria de manifestantes de classe média ou alta, [...] minoria de exaltados responsáveis por depredações [...], centenas de milhares [...], mobilização feita pelas redes e novas formas de comunicação [...], cobertura em tempo real pelos grandes canais [...], demandas múltiplas [...], ausência de lideranças ou múltiplas lideranças [...], ausência de meios de organização durante as manifestações [...], rejeição a partidos, sindicatos e entidades representativas em geral. (p.124-125).

#### 4.1 Ouvindo as vozes

Considerando a exposição anterior sobre as regras da validação dos artigos e a forma de extrair as pautas, chegamos agora à categorização inicial. Dos 20 artigos considerados válidos, foram extraídas 81 pautas; estas foram separadas em 26 subcategorias, conforme identidade entre elas. As subcategorias foram de fato criadas para agrupar estas pautas, mas só foram feitas após a análise de cada uma das pautas extraídas, para que não houvesse nenhuma categorização forçada. Assim, temos categorias com sete pautas inclusas, e outras apenas com uma.

Metodologicamente esta categorização nos dá uma visão mais clara das vozes das ruas do que se fossem tomadas individualmente. Muitas das vezes – e é importante considerar isso –, os autores dizem a mesma coisa utilizando palavras e formas de se expressar diferentes, tornado a apreensão imprecisa. Friso que não houve uma hermenêutica sofisticada, apenas considerei a explanação dos autores e a partir disso tomei nota das pautas, para posteriormente criar as subcategorias – que mais tarde desembocarão nas categorias principais – que fossem mais próximas possíveis das pautas.

A princípio explanarei sobre cada uma das 26 subcategorias e a quê de fato elas se referem, para depois fazer algumas considerações sobre a forma que as defini.

**Quadro 1** – Definição das subcategorias extraídas dos artigos analisados

SUBCATEGORIA	A QUÊ ELA SE REFERE
Corrupção	Utilização do poder ou autoridade para obter vantagem para benefício próprio ou de terceiros.
Anticapitalista	Crítica ao modelo econômico e social vigente, nas suas bases e implicações.
Violência policial	Crítica à violência física, verbal ou psicológica por parte das polícias.
Violência urbana	Crítica ao estado de entreguismo que as pessoas estão, ou se sentem, em relação à criminalidade.
Desigualdade social	Crítica à falta de equilíbrio nos padrões de vida das pessoas de forma geral.
Inflação	Crítica ao alto custo de vida.
Gastos com a Copa do Mundo	Crítica específica ao uso de verbas públicas para espetáculos.

Contra o PT	Crítica ao Partido dos Trabalhadores quanto a sua postura, pusilanimidade e/ou premissas.
Contra a cobrança de tarifas no transporte	Pedido do Passe Livre.
Crise de representatividade	Crítica à falta de harmonia entre os desejos da população e a ação dos políticos.
Reforma política	Crítica ao método de escolha dos representantes pelo povo, a forma de financiamento das campanhas, as coligações partidárias, o voto secreto em casos de cassação, entre outros.
PEC 37	Crítica a esta proposta de emenda constitucional que daria exclusividade à Polícia Federal em investigações criminais.
Serviços públicos precários	Crítica à inexistência ou baixa qualidade dos serviços públicos, sobretudo educação, saúde e segurança pública.
Precariedade do transporte coletivo	Crítica à baixa qualidade dos transportes e aos seus custos elevados.
Falta de planejamento urbano	Crítica ao crescimento desenfreado das cidades e todas as suas implicações.
Falta de mobilidade urbana	Crítica à falta de capacidade de se locomover na malha urbana e todas as suas implicações.
Instituições estão ultrapassadas	Crítica aos valores e interesses dos agrupamentos formais que perderam sua indexação à realidade social.
Má gestão do dinheiro público	Crítica à aplicação incorreta do dinheiro público.
Impunidade	Crítica à falta de punição àqueles que prejudicam o erário e/o poder público de modo geral; e também, em específico, aos “mensaleiros”.
Críticas às ações do executivo	Crítica ao presidente, governadores e/ou prefeitos e suas secretarias e/ou ministérios.
Crítica ao Congresso	Crítica ao poder legislativo.
Falta de lideranças empresariais	Crítica à falta de novos modelos de desenvolvimento.
Descumprimento da Constituição	Crítica ao não cumprimento da carta Magna.
Descriminalização dos movimentos sociais	Crítica à deslegitimação dos atos públicos organizados.
Regulamentação da comunicação social	Crítica ao modelo desregulamentado da radiodifusão que impede a pluralidade e nivela a informação por baixo.
Crítica à iniciativa privada	Crítica aos serviços privados que têm baixa qualidade e alto custo.

Fonte: do autor

Para significar cada um dos pontos acima utilizei, na grande maioria, os critérios corriqueiros usados aos termos, já que as ruas, em síntese, assim o fazem. Trata-se de uma utilização média das definições – óbvio, sabendo que as pessoas possam ter raciocínios diferentes em relação a eles, contudo, partindo das premissas admissíveis nas definições.

Compreendo que em alguns desses tópicos tive que tomar certas atitudes categóricas que podem diferir do leitor do texto, cabendo a crítica caso assim o vejam. Percebamos que trabalhei duas das três esferas públicas principais, com a “críticas às ações do executivo” e “crítica ao Congresso”, deixando o judiciário de fora. Na leitura dos artigos e na apreensão que fiz deles, senti que perderíamos qualitativamente se eu criasse uma categoria específica para este poder. Ora, temos aí pelo menos duas categorias que se destrincham com

relação ao judiciário, temos a da “corrupção” e a da “impunidade”. Entendo este poder como uma solvência em mais de uma categoria – não que os outros não sejam, pelo contrário – mas precisei, como disse, usar critérios. Este em específico como é sabido na atuação dos seus atores – desembargadores, ministros, promotores etc – têm uma ligação direta com as duas categorias citadas ao menos, porque uma vez que não existe uma punição exemplar os corruptos se reverberam no poder.

Também devemos lembrar do Ministério Público, que não foi nomeado diretamente, mas cabe a ele fiscalizar os poderes, e ele pode ser visto como pertencente a mais de uma categoria. E mais uma questão, entendo que as punições do judiciário não necessariamente têm a ver com uma postura errada dos magistrados. Se de fato há uma ação transitada em julgado e um código penal, a Constituição e leis específicas, cabe a ele interpretar e aplicar uma punição cabível segundo estes princípios. As leis, e até mesmo a defesa quando mal feita – fazendo a população perceber a desproporção entre ato e punição, entre crime e castigo – não são “culpas” do poder judiciário. Contudo, de fato é percebido que a corrupção e o dinheiro – ou a falta deste, pelos criminosos comuns que pegam penas desproporcionais quando comparada aos crimes do “colarinho branco” – têm forte papel de distorção em vários sentidos, e em todos os poderes. Assim, insisto mais uma vez, estas definições são muito sutis, mas devemos tomar critérios para não ficarmos inertes. É necessário avançar.

Um segundo ponto que eu gostaria de tocar é com relação às categorias “crise de representatividade” e “reforma política”. Comumente podemos pensar que se trata de uma mesma coisa. Mais uma vez recorro a como foram abordados nos artigos considerados por esta pesquisa. Alguns autores tratavam esta questão citando pontos específicos da reforma como financiamento de campanhas, por exemplo, outros davam a entender que não era só isso. Uma proposta de reforma já a algum tempo está sendo discutida e que trata sobretudo dos pontos expostos na categoria. Só que devemos pensar que não necessariamente isso quer dizer que falamos de crise de representatividade. Uma situação clara ocorrida durante as manifestações foi que a presidente Dilma anunciou que enviaria ao Congresso uma proposta de Constituinte exclusiva para a reforma, mas logo depois disse que desistiu, pois não encontrou apoio. Considerando esta questão criei uma categoria específica a qual torna muito mais ampla a questão da representatividade. Ou seja, há sim uma grave crise com relação à maneira que a representação é feita, mas pode ser que a proposta corrente de reforma não dê cabo de solucioná-la.

Um terceiro e último ponto que gostaria de tocar é com relação à categoria “as instituições estão ultrapassadas”. Esta categoria dialoga com as duas que acabamos de discutir, mas ela torna a problemática maior – não se restringindo aos votos, partidos etc. Ela reflete uma crítica mais profunda tratando também das organizações formais, do sistema político, da sociedade civil, dos sindicatos, das ONGs etc. Para tentar formar um raciocínio em relação a esta categoria senti haver um vácuo entre o que é uma organização e o que é uma instituição – sendo necessária esta separação para conseguir tratar do objeto. Com isso, recorri ao Dicionário de Ciências Sociais (FGV, 1987) que apresentou várias semânticas a esta relação me fazendo optar por aquela que parece mais correlacional. Para o primeiro termo, *organização*, tomei emprestada a definição antropológica, “O modo pelo qual os membros de uma sociedade organizam a si mesmos e a seu ambiente material para satisfazerem as suas necessidades biológicas, psicológicas e sociais.” (MALINOWSKI, p.847). Completada desta maneira, “uma compreensão total da organização social de qualquer povo só será possível depois de um estudo completo de suas instituições e da função de seus agrupamentos sociais.” (FREIRE-MARRECO, B.; MYRES, J. L., p.846). Para o termo *instituição* tomei emprestado o significado sociológico do termo. “Consiste num conceito (ideia, noção, doutrina, interesse) e numa estrutura [...]. A estrutura é uma amarração [...] sustenta o conceito e fornece meios para introduzi-lo no mundo dos fatos e da ação”. (SUMMER, W.G., p.613). Sendo também completado, “[As] associações [...] são grupos organizados para perseguir um ou mais interesses, enquanto se pode dizer que as instituições representam em geral os *modi operandi* das associações.” (MACIVER, R.M.; PAGE, C.H., p.613). Acabamos incorporando um terceiro conceito aí, o de associação. Agora, podendo diferenciá-los da seguinte forma: enquanto “associação” é a reunião de pessoas com um interesse comum, a “instituição” são ideias que se expressam em termos práticos em um meio material, mas que também são valores, e “organização”, é a maneira com que dada sociedade se orienta, de modo mais amplo, se organiza, englobando aí as instituições. Assim, a categoria “as instituições estão ultrapassadas” diz respeito aos agrupamentos formais da sociedade que perderam sua essência de pensar e agir conforme as demandas do que elas representam. Se pensarmos com relação à “organização” da sociedade, sendo mais amplo, a crítica ao capitalismo, categorizada como “anticapitalista”, preenche esta lacuna.

Resumindo, anotei as pautas observadas nos artigos, criei as 26 subcategorias a partir das informações passadas por estas pautas, as defini conforme acima, agora resta entender o quê de fato estas pautas criticam. Os analistas já nos apontaram o que se ouviu na polifonia das ruas.

## 4.2 Afinal, o que está errado?

Tendo compreendido o que as subcategorias expostas na seção anterior querem dizer, conseguimos, com efeito, tornar mais límpido o que junho de 2013 legou enquanto crítica ao Estado Brasileiro. Com estas informações, proponho agora utilizar o que já tomamos de material para tentar elucidar a quem ou a quem as ruas protestavam. Devemos considerar que recortes grosseiros ou apropriações são tentadas de todos os lados, de várias formas, para ressignificar o movimento. Contudo, devemos entender que por mais que haja uma pluralidade de questionamentos, eles são *causados* por algo, ou alguém.

O “argumento cosmológico”, também conhecido como “princípio da causalção” que ganhou certa força na idade média com Tomás de Aquino – mas que podemos identificar precedentes diferentes em Platão ou Aristóteles –, diz que para termos chegado no hoje houve uma série de eventos que acontecerem, mas que foi iniciado por algo, ou alguém. Aquino entendia que o causa prima de tudo era Deus e em sua “Suma Teológica” ele desenvolve este raciocínio. Trazendo esta percepção para os dias de hoje, devemos desestigmatizar as manifestações como algo que por ser hermético não devemos tentar adentrá-lo, ou mesmo dizer que é impossível, nos colocando num relativismo que nos leva à inércia – o que é o contrário do legado das manifestações – ou até mesmo nos prendendo ao que parece mais cômodo, reducionalizando como se fosse a manifestação da diminuição da passagem, ou contra a corrupção, ou contra a precariedade dos serviços públicos. Vimos no capítulo anterior que a complexidade do acontecimento tornou mesmo impossível enfatizar uma identidade ao movimento – temos uma amálgama de elementos. Com esta premissa e utilizando a lição de Aquino como luz, proponho levarmos agora as 26 subcategorias aos denominadores que elas representam. Sabemos mais uma vez que esta categorização é delicada, mas também sabemos que ela deve ser feita.

Assim, chamarei de “categorias principais” ou somente “categorias”, as três que exporei a partir de agora sendo que cada uma delas será preenchida com as subcategorias que a elas pertencem. Como da vez anterior, estas categorias foram criadas depois que já tínhamos as informações – as subcategorias – em mãos. Desta forma, estamos trazendo o geral para o particular, organizando os elementos observados em agrupamentos identificáveis e perceptíveis quanto à natureza. Abaixo as três categorias, organizadas por letras, e à frente, definidas.

- a) Críticas ao modelo de desenvolvimento – A sociedade brasileira está escolhendo como forma de desenvolvimento padrões que não condizem com o que a população espera dela. É uma crítica mais geral ao que comumente se chama de “sistema”, aonde tudo está interligado de modo a contrariar os pressupostos que dão origem à vida em comunidade. É um paradoxo, mas ao mesmo tempo uma antítese. E isso, na vida do ser vivente, tona tudo cada vez mais insustentável, fazendo indivíduos desacreditados, apáticos e, com isso, infelizes. Não cabe ao escopo deste trabalho dizer que a forma de desenvolvimento nacional esteja seguindo padrões europeus, ou americanos, e que deveria ser mudada para algo de caráter nacional. As pessoas que advogam contra este modelo de desenvolvimento dizem que a *organização* – lembremos a conceituação acima – da sociedade não atende ao seu princípio, que é prezar pelos seus membros. Sendo assim necessário alterá-la.
- b) Críticas ao governo ou ao partido do governo – Este é composto por duas vertentes: a primeira diz que as ações do governo estão em discordância com os interesses nacionais. Por mais que haja um governo eleito democraticamente, este não está correspondendo aos anseios daqueles que ele representa. Aqui é importante considerar que as esferas executivas do governo podem ser de diferentes partidos nos âmbitos municipal, estadual e federal, mas o que chega à população não a agrada. Os titulares dos cargos e seus respectivos ministérios e secretarias, que têm consideráveis poderes, não atendem às demandas como deveriam: a população diz que está caro demais em relação ao que ela paga. Não cabe aqui considerar o que é a *realpolitik*; a crítica é a um dos poderes que tem mais liberdade na esfera legal. A segunda vertente diz respeito ao Partido dos Trabalhadores (PT), seus discursos, suas práticas, suas ideias etc – sendo aqui difícil explicar o porquê, já que cabe uma enorme gama interpretativa. Resolvi juntar estas duas vertentes numa categoria porque parte das subcategorias aqui incluídas dizem respeito ao executivo – não necessariamente petista no estado ou município, mas podendo ser – e parte falam de algo que poderia ter sido modificado já a algum tempo, entendendo que o PT é situação no executivo federal desde 2003. Entendemos “governo” aqui como sinônimo de poder executivo.

- c) Críticas às instituições – Tomemos mais uma vez emprestado o conceito de “instituição” descrito anteriormente, no sentido de que é algo material que sustenta ideias, interesses etc, fazendo-os possíveis como práticas. Os descontentes aqui dizem que os agrupamentos formais enquanto instituições não dão mais conta da sociedade brasileira atual. Se as instituições existem para dar suporte à vida em comunidade, elas precisam de fato andar juntas, em cooperação; a crítica aqui diz que isso não mais existe. Exemplos disso são as escolas, as polícias, as igrejas, mas ao mesmo tempo o legislativo, o judiciário etc. Englobam questões mais abstratas da vida em comunidade – que nos poderes e na *psiqué* se tornam práticas – que são fundamentais para que haja coesão. Em outros termos, podemos dizer que se a “crítica ao modelo de desenvolvimento” diz respeito a algo mais geral, da organização como um todo, enquanto este, sobre as instituições, trata dos intermediários. A “crítica às instituições” seria um reformismo; mesmo que, na prática caso feita, tivesse uma alteração revolucionária.

Considerando estas três categorias principais chega-se ao momento de expor de que forma foi pensada a distribuição das subcategorias dentro delas. É importante expressar que, como é evidente, as subcategorias não se limitam à categoria que ela está inclusa, podendo dizer até que elas coexistem nas três. Para resolver isso, o critério utilizado foi perguntar: a qual delas ela *mais* pertence? Este adendo é essencial porque estamos em sociedade, interligados, talvez por isso teorizar estas coisas em termos mais claros seja difícil – assim como discutível –, mas insistindo que é identificável; e, assim sendo, propomos subir mais este degrau.

Abaixo a tabela com as classificações e, logo em seguida, algumas ponderações.

**Quadro 2** – Distribuição das subcategorias dentro das categorias principais

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS INCLUSAS
Críticas ao modelo de desenvolvimento	Anticapitalista; violência urbana; desigualdade social; contra a cobrança de tarifas no transporte coletivo; serviços públicos precários; falta de planejamento urbano; falta de mobilidade urbana; falta de lideranças empresariais para um modelo de desenvolvimento; descriminalização dos movimentos sociais; regulamentação da comunicação social; crítica à iniciativa privada.
Críticas ao governo ou ao partido do governo	Inflação; gastos com a Copa do Mundo; contra o PT; precariedade do transporte coletivo; má gestão do dinheiro público; críticas à ação do executivo.
Críticas às instituições	Corrupção; violência policial; crise de representatividade; reforma política; PEC 37; as instituições estão ultrapassadas; impunidade; crítica ao Congresso; descumprimento da Constituição.

Fonte: do autor

Como é perceptível existe uma gama considerável de assuntos, desde específicos, até mais amplos, mas definíveis. Não me prenderei aqui a comentar todos, pois ficaria bastante cansativo, acredito que são dedutíveis os raciocínios, me prendendo a abordar os que considero mais polêmicos.

O primeiro é a “violência urbana”, percebam que ele está separado da “violência policial”, e inclusive está em categorias diferentes. A explicação dela estar incluído na questão do desenvolvimento é que é possível imaginar um modelo de sociedade mais inclusivo no qual a questão da violência seja consideravelmente reduzida. Ora, nenhum ser humano em bom estado mental tem por necessidade agredir ou atacar outro, sendo muitas das vezes necessário em virtude das condições que sua vida o impõe. Esse assunto torna-se amplo se

pensarmos na influência da mídia ou de uma aparente “fetichização” da vida do crime” que muitos jovens vêm hoje, mas pensamos que em um estado que o homem é valorizado e consiga desenvolver suas potencialidades é pouco provável que ele se desvirtue.

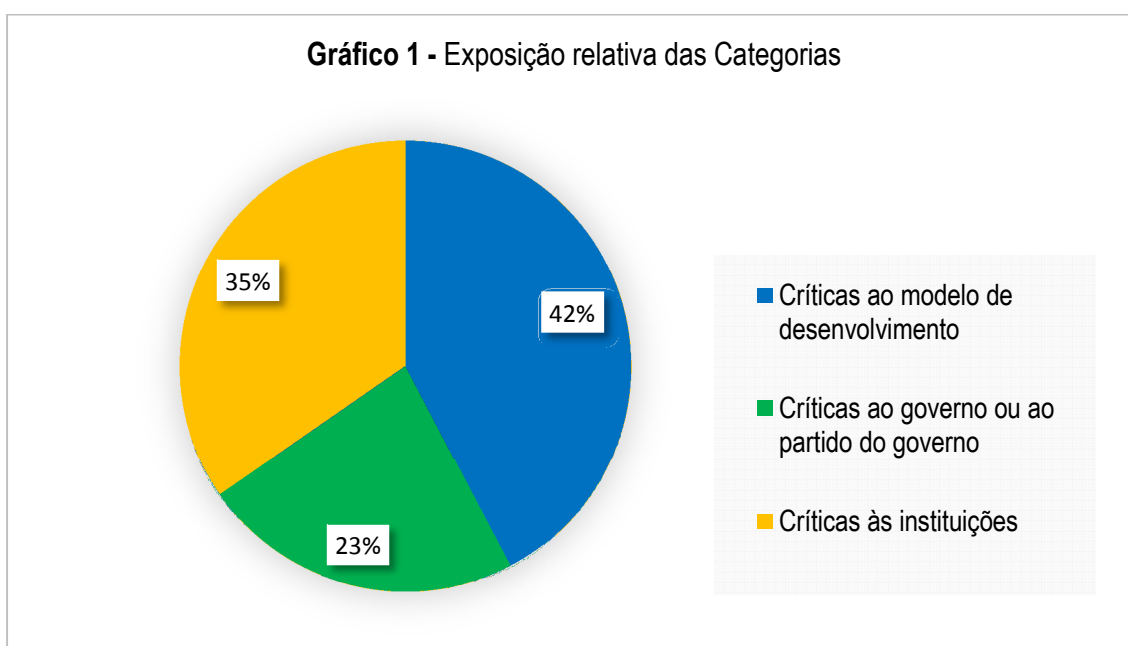
Mais dois desta mesma categoria, do desenvolvimento, que merecem explanação são “falta de lideranças empresariais para um modelo de desenvolvimento” e “crítica à iniciativa privada”. Percebam que nem todas as críticas são diretas ao Estado, algumas a sociedade cobra de si mesma. Nestes dois exemplos são pedidas, na primeira, melhoras da participação dos detentores de meios para se pensar outro modelo de sociedade e, na segunda, uma maior qualidade dos serviços não públicos – podendo entrar o papel do Estado enquanto fiscalizador e punidor.

Quanto à segunda categoria acredito não ser necessária maiores considerações. O pensamento nela é com relação ao executivo em todas as esferas, considerando seu poder de intervenção; e em especial, ao PT, pensando que, estando há mais de dez anos no poder poderia ter resolvido as críticas presentes nas subcategorias incluídas

A subcategoria mais difícil de categorizar, sem dúvida, foi a corrupção. Sentimos de diversas formas que ela parece enraizada na sociedade, que é algo quase inato, que todos foram ou estão sendo corrompidos e que ela está em todo lugar. Como enumerá-la em apenas uma categoria? Neste caso, tive o pensamento contrário: considere cada uma das categorias e o efeito dela (corrupção) em cada, e não, como nas demais, tentando perceber em qual ela está mais. Desta forma, não podemos precisar que ela entraria na categoria de uma nova perspectiva de desenvolvimento, porque não sabemos o que de fato esta hipotética possibilidade despertaria ou modificaria. Seria um exercício muito utópico – e ingênuo – tentar cravar que estamos no pior dos mundos e qualquer modificação diminuiria a corrupção, ou que ela é intrínseca somente a esta forma que estamos. Com relação à categoria do governo ou ao partido dele não a considere neste, pois seria extremamente equivocado – e até mesmo absurdo – imaginar que a corrupção no Brasil só existiu no governo PT; ou que o executivo detém o monopólio do poder podendo agir discriminadamente sem os demais poderes e o Ministério Público. Assim, a “corrupção” entrou na categoria das instituições por ela aparentar estar fortemente presente nas instituições como um todo; algo que, como sabemos, diz respeito à questão das ideias e da materialidade, tornando inviável um melhor país onde a corrupção vive na “formalidade”.

Todos os demais da última categoria, percebamos, são críticas a algo que as instituições legais conjecturam por suas atuações, cabendo estar aí, pois se tratam delas. Seja a polícia, o Congresso, o judiciário etc.

Coma intenção de agregar a nossa análise, proponho agora abordar estes dados em um gráfico para que possamos perceber o que as vozes das ruas clamavam; ou melhor, a quem ou a quem. Trarei primeiramente uma abordagem relativa, considerando o número de subcategorias que estão incluídas nas categorias principais. Aqui veremos quantas pautas são vistas em cada categoria, ou seja, o número de problemas vistos em cada uma das áreas. Recordando, são 26 subcategorias criadas.

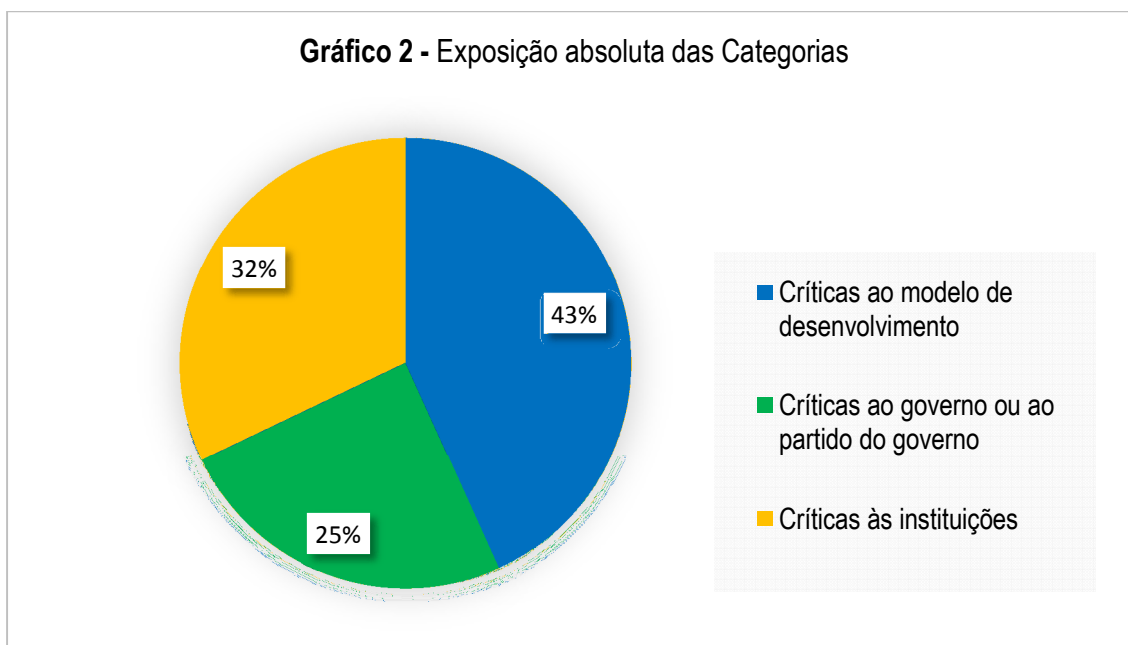


Podemos perceber que a maioria das críticas (42%) se referem ao modelo de desenvolvimento que o país adota, não expressando se atual ou historicamente. Esta informação traz inúmeras interpretações assim como o questionamento de qual seria o melhor modelo.

Com 35% dos casos as instituições nacionais se apresentam como problemas para que o país possa se desenvolver, não cabendo a este escopo analisar quais seriam as instituições mais complicadoras, mas podendo ser analisada pelas subcategorias que originaram o gráfico.

O governo e/ou o PT aparecem com 23%, apontando para um descontentamento que pode ser apresentado como pontual ao momento histórico que as manifestações aconteceram ou algo que já vinha por mais tempo.

Para podermos ter uma fidelidade maior com relação ao peso de cada categoria, ou seja, seu valor absoluto, proponho um novo gráfico, o qual vai nos apontar, mediante as pautas extraídas dos artigos, qual é de fato o sentimento da população. Aqui saberemos o peso numérico de cada categoria, quantas vezes clamam por mudanças ponderando com as demais. Reitero que cada autor, mesmo que expusesse incansavelmente apenas uma pauta, ainda assim seria considerada apenas uma por subcategoria; e outro que apenas citasse uma pauta, dando atenção também às outras, seria considerada uma pauta para cada subcategoria citada. Foram, como já abordado, 20 artigos considerados para que pudéssemos retratar ambos os gráficos, extraídas 81 pautas, divididas em 26 subcategorias que desembocaram nas 3 categorias principais.



Com este novo gráfico conseguimos perceber que de fato a maior crítica se refere ao modelo de desenvolvimento, seguido das instituições e do executivo. Tivemos algumas alterações estatísticas com relação ao gráfico anterior, todavia, mantendo a ordem de importância das categorias.

Com 43% o desenvolvimento é o mais criticado, as pessoas acreditam que o Brasil cresce errado, escolheu o caminho errado e isso precisa ser mudado, e que também por sair às ruas nos dizem que a democracia formal – como é feita – não resolve. Assim percebemos que as vozes das ruas nos dizem que é necessário pensarmos um modelo diferente para o Brasil.

Com 32% as instituições são consideradas falhas, mais do que isso, receberam da sociedade ou passam a ela valores errados, precisam ser fortemente modificadas. Há algo que está formalizado e que faz mal ao organismo do Estado, é necessário ser combatido. Seja modificando as instituições ou começando do zero elas perderam sua capacidade de atender à sociedade, e as instituições só existem ou fazem sentido em prol da sociedade.

Com 25% o poder executivo é o terceiro mais criticado. As pessoas entendem que a forma com que o governo, ou os governos, trabalham não correspondem às expectativas. As urnas, muitas das vezes, refletem um desejo de mudança que nunca se dá, este aparente sentimento que temos de que todos os governos são iguais, ou que se vota no menos pior, ou que a propaganda política distorce o pensamento das pessoas



impedindo da democracia se tornar de fato efetiva – entendendo que isso só é possível com o voto consciente. Fica um sentimento que o governo não tem lastro.

Percebamos que a linha que separa cada uma das críticas é muito tênue e talvez este seja um ponto interessante em se considerar. O modelo, as instituições e governo trazem ao indivíduo um contrato social grandemente distorcido, um disfarce com nome de democracia e que por isso leva milhões de trabalhadores às ruas, por entenderem que algo já passou dos limites. Um teatro de comédia para poucos e tragédia para muitos.

## 5 .CONCLUSÃO

Este trabalho tentou trazer à tona como o junho de 2013 foi analisado a partir da demanda dos brasileiros frente ao Estado. Certo que poderíamos imaginar que como foi uma manifestação em maioria das classes intermediárias e dos jovens, não corresponde ao Brasil como um todo. Para esta questão eu diria que com relação às classes, sabemos que as manifestações das menos favorecidas muitas das vezes não em regiões centrais e não ganhando uma mídia maior, são duramente reprimidas – mais até que os momentos mais exagerados de junho; e com relação às classes mais altas, elas não agiriam espontaneamente desta forma. Já com relação à idade, tivemos de fato um grande número de jovens e jovens adultos, ficando menos representados os próximos e acima da meia idade, idosos e crianças. Ora, talvez dentre estes daí os que teriam melhores condições de participar fossem os acima de 40 anos; contudo, lembremos que mesmo com este adendo, a aprovação das manifestações tomada genericamente chegou a mais de 80%, como já apontado neste trabalho. Podendo assim dizermos que foram manifestações da população brasileira de forma ampla.

Um dos pontos mais importantes a se destacar, na minha opinião, é com relação à espontaneidade do movimento. Certo que tivemos uma fagulha inicial com o descontentamento com relação ao aumento da passagem – grandemente potencializada pós violência policial –, mas milhares de pessoas nas ruas em vários lugares de um país de proporções geográficas enormes, como o Brasil, e fazendo isso ao mesmo tempo, é de fato bastante significativo. E mais, se levamos em conta as pesquisas das capitais, a grande maioria de trabalhadores. Eram jovens, estudantes e ao mesmo tempo trabalhadores. Um movimento que mais ou menos disse assim ao Estado: “Eu trabalho, estudo, pago minhas contas e impostos e você me vem com um país que não me dá o mínimo em troca e ainda exige cada vez mais? Um lugar onde eu vejo que as coisas não funcionam, que eu não sou representado, que eu vejo meu suado dinheiro mal gasto, que eu sou constrangido todos os dias de várias formas. Não é isso que quero para mim!”.

Um tema academicamente debatido já há anos é com relação ao tipo de mudança que o PT fez no Brasil desde 2003. Alguns enxergam o partido como aquele que trouxe incentivo à indústria nacional e que procura dar mais meios estruturais para o crescimento do país e valorização da população, o que se conhece como “neodesenvolvimentismo”; outros o veem como mais um partido que, como qualquer outro, promete várias coisas, mas, na prática, um mais do mesmo; já uma terceira vertente, enxerga o partido como aquele que imaginavam que iria fazer uma mudança radical no país, mas se adequou à lógica neoliberal; outra via enxerga que o PT teve que jogar no time dos ricos para fazer-se possível jogar no time dos pobres; uma próxima vê a anterior como desculpa etc. Em outros termos, o PT seria um partido neoliberal disfarçado de progressista? Um socialista que teve que jogar o jogo para se manter no poder? Um partido oportunista que não tornou o discurso uma prática? Ou o que já fez algo que nenhum outro conseguiria? As visões são muitas, assim como as fases do partido no governo.

Não entrando no mérito de analisar isso, mas o mais paradoxal como evidente, é que um partido de massa teve uma manifestação de massa durante sua gestão. Seria a confiança que o povo tem nele de que se manifestando ele iria fazer as mudanças pedidas? Seria a fúria pelo não cumprimento do que se imaginava? Seria a crítica dele ter se tornado fisiológico? Seria específico do governo Dilma? Ou apenas algo que não necessariamente tem a ver com o partido? Mais uma vez as hipóteses são várias, até porque os partidos também.

O maior desafio que as manifestações impõem é fazer com que suas vozes sejam ouvidas. Este é um ponto delicado porque se são muitas, e se pedem coisas diferentes, voltamos à pergunta: o que fazer? Ou, o que de fato querem estas vozes neste universo de ruídos difíceis de identificar? Este é um ponto interessante, porque se de um lado a democracia torna possível cada um se expressar e fazer suas demandas – como tem que ser –, de outro, a falta de um programa claro e objetivo que envolva boa quantidade das pessoas torna inviável qualquer modificação. É urgente que a esfera pública consiga resolver esta questão.

Manuel Castells (2013, p.177) enxerga que o verdadeiro objetivo dos movimentos globais na era da internet é mudar a mente das pessoas, fazendo-as conscientes e mais participativas. “Quanto mais o movimento consegue transmitir suas mensagens [...] mais a esfera pública da comunicação se torna um terreno contestado e menor é a capacidade dos políticos de integrar demandas e comunicações com ajustes meramente cosméticos.” (p.177). Ele apresenta que para que um movimento de fato ganhe corpo, “atores como o Estado precisam vê-lo como potencialmente capaz de facilitar ou prejudicar seus próprios objetivos [...]” (p.176). O que apresenta certo paradoxo, porque parte das críticas das manifestações são precisamente em relação a isso: à política como banca de troca aonde é o dinheiro e a mídia que constituem o poder, e não como deveria, a população.

Tentamos neste trabalho, como prometido, tornar mais palpáveis as demandas dos brasileiros, expressos pelas vozes das ruas. A junção entre ouvir os analistas – vinte, para ser mais exato – e chamar outros pesquisadores dos temas envolvidos, nos propiciou uma visão melhor tanto da época quanto do hoje, já que ainda estamos em situação correlata em vários aspectos. Reduzimos neste trabalho uma enorme quantidade de reivindicações em três categorias que podem nos dar um norte sobre o que nos aflige e buscar meios práticos para fazê-lo. Talvez este estudo nos ajude a formular a pergunta com mais clareza – já que a humanidade não nos dá fórmulas prontas, ou mágicas.

O mês de junho de 2013 se tornou, com razão, uma das datas mais emblemáticas da história nacional. Ele aponta que uma nova forma de se fazer política precisa ser *inventada*, que isso que chamamos de democracia não é de fato. As pessoas hoje estão em rede, cada vez mais informadas por meios não oficiais e se comunicando cada vez mais – e de forma cada vez mais rápida. O que falta?

O aparente pacifismo do povo brasileiro foi contestado; a alienação da juventude na era pós-moderna e flexível, foi contestada; o pensamento de que o Brasil não tem jeito, também foi contestado. Das lições aprendidas, resta torná-las práticas.

## Anexo 1 – Autores e pautas extraídas do livro *Cidades Rebeldes*, Boitempo

- 1) **Raquel Rolnik** – não entrou na contagem, é uma apresentação do livro e dos argumentos de alguns dos autores.
- 2) **Movimento Passe Livre (SP):**  
Pautas extraídas: o aumento da passagem restringe a mobilidade urbana/ há uma restrição do direito de ir e vir pró ditames do mercado/ há exclusão da população da sua experiência cotidiana de metrópole/ o transporte público deve ser direito, pois é através dele que se tem acesso aos demais serviços públicos.  
Subcategoria observada nas pautas: contra a cobrança de tarifas no transporte coletivo.
- 3) **Ermínia Maricato:**  
Pautas extraídas: desproteção do trabalhador rural (o capital varreu tudo por causa das *commodities*)/ flexibilização das leis urbanas pró capital/ esta flexibilização tornou caro, necessário e muito demorado o deslocamento urbano, sobretudo para os mais pobres/ houve um maior subsídio para carros do que para o transporte coletivo/ necessidade da reforma política, em especial, o financiamento de campanhas.  
Subcategorias observadas nas pautas: descumprimento da Constituição, falta de planejamento urbano, falta de mobilidade urbana, má gestão do dinheiro público e reforma política.
- 4) **David Harvey:**  
Pauta extraída: direito à cidade, tornando-a mais humanizada.  
Subcategoria observada na pauta: anticapitalista.
- 5) **Carlos Vainer:**  
Pautas extraídas: informalidade/ serviços públicos precários ou inexistentes/ desigualdades profundas/ anticapitalista/ violência urbana/ congestionamentos/ custos crescentes de um transporte público precário/ espaços públicos segregados.  
Subcategorias observadas nas pautas: descumprimento da Constituição/ serviços públicos precários/ desigualdade social/ anticapitalista/ violência urbana/ falta de mobilidade urbana/ precariedade do transporte coletivo/ falta de planejamento urbano.
- 6) **Mauro Luis Iasi:**  
Pauta extraída: anticapitalista  
Subcategoria observada na pauta: anticapitalista.
- 7) **Mike Davis** – não entrou na contagem, não fala do Brasil e foi escrito antes de 2013.
- 8) **Silvia Viana** – não entrou na contagem, é um texto que analisava o momento, não chegando a explicitar pautas. Contudo, deixo o adendo de que ela criticava a manipulação da mídia e a violência policial.
- 9) **João Alexandre Peschanski:**  
Pauta extraída: passe livre.  
Subcategoria observada na pauta: contra a cobrança de tarifas no transporte coletivo.
- 10) **Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira:**  
Pautas extraídas: violência policial/ falta de planejamento urbano.  
Subcategorias observadas nas pautas: violência policial e falta de planejamento urbano.
- 11) **Lincoln Secco** – não entrou na contagem, o autor enfatiza a multiplicidade de pautas, e como esta análise é de difícil apreensão, foram excluídos os que assim expuseram. Todavia, ele analisou o momento e apontou a crítica direta aos políticos – não à forma de se fazer política – e a apropriação da mídia, como problemáticas.

- 12) **Ruy Braga:**  
Pautas extraídas: crítica ao não crescimento dos direitos sociais/ insatisfação com o modelo de desenvolvimento.  
Subcategorias observadas nas pautas: contra o PT e críticas ao executivo.
- 13) **Jorge Luiz Souto Maior:**  
Pautas extraídas: mais serviços públicos e de maior qualidade/ cobram do Estado menos desigualdade/ descriminalização dos movimentos sociais/ que a constituição seja de fato cumprida (direitos sociais).  
Subcategorias observadas nas pautas: serviços públicos precários, desigualdade social, descriminalização dos movimentos sociais e descumprimento da Constituição.
- 14) **Venício A. de Lima:**  
Pautas extraídas: crise de representação na mídia (para participação do debate público/ manipulação da mídia/ regulamentação da mídia.  
Subcategoria observada nas pautas: regulamentação da comunicação social.
- 15) **Leonardo Sakamoto:**  
Pautas extraídas: reforma política (crise do modelo representativo)/ anticapitalista.  
Subcategorias observadas nas pautas: reforma política e anticapitalista.
- 16) **Slavoj Zizek:**  
Pauta extraída: anticapitalista.  
Subcategoria observada na pauta: anticapitalista.

## **Anexo 2 – Autores e pautas extraídas do livro *Junho de 2013*, Summus editorial**

- 1) **Cláudia Izique** - não entrou na contagem, ela fez uma linha do tempo dos acontecimentos de junho.
- 2) **Rubens Figueiredo:**  
Pautas extraídas: “escalada da esperteza governamental”/ “empáfia debochada do governo” em alguns episódios, que saturou a opinião pública/ notícias da impunidade dos “mensaleiros”/ gastos exorbitantes com a Copa do Mundo/ “incompetência de alto impacto”, como nas obras da transposição do rio São Francisco e ferrovia trans-nordestina abandonadas/ muitos gastos com propaganda feitos pelo governo, sendo que, a realidade dos serviços públicos é outra/ educação e saúde cada vez mais precários, mas as propagandas insistiam o contrário/ insegurança e sensação de insegurança/ mobilidade urbana precária, tanto para transporte público, quanto para privado/ péssima qualidade e altos preços dos serviços privados (telefonia, plano de saúde, cartão de crédito etc)/ PEC 37/ pautas desnecessárias no Congresso como a “cura gay”/ crise de representatividade política.  
Subcategorias observadas nas pautas: críticas ao executivo, impunidade, gastos com a Copa, violência urbana, falta de mobilidade urbana, crítica à iniciativa privada, PEC 37, críticas ao legislativo e crise de representatividade.
- 3) **Roberto Macedo:**  
Pautas extraídas: serviços públicos de baixa qualidade (má alocação entre união, estados e municípios)/ crítica ao programa “eleitoreiro” do PT que repassa verba via moeda e crédito e não em investimentos nos serviços públicos.  
Subcategorias observadas nas pautas: serviços públicos precários e contra o PT.
- 4) **Ney Figueiredo:**  
Pautas extraídas: corrupção/ serviços públicos precários/ altos impostos/ reforma política/ crítica ao PT/ falta de lideranças empresariais para um modelo de desenvolvimento.

Subcategorias observadas nas pautas: corrupção, serviços públicos precários, má gestão do dinheiro público, reforma política, contra o PT e falta de lideranças empresariais.

5) **Marcelo S. Tognozzi:**

Pautas extraídas: falta de investimentos em educação e saúde/crise de representatividade/ falta de segurança/ controle da inflação (carestia)/ gastos com a Copa/ corrupção/ serviços públicos precários.

Subcategorias observadas nas pautas: má gestão do dinheiro público, crise de representatividade, violência urbana, inflação, gastos com a Copa, corrupção e serviços públicos precários.

6) **Bernardo Sorj:**

Pautas extraídas: as instituições estão ultrapassadas/ corrupção/ falta de representatividade/ serviços públicos precários/ impunidade/ baixa qualidade dos transportes.

Subcategorias observadas nas pautas: as instituições estão ultrapassadas, corrupção, crise de representatividade, serviços públicos precários, impunidade e precariedade do transporte coletivo.

7) **José Nêumanne Pinto:**

Pautas extraídas: serviços públicos precários (educação, saúde e segurança)/ crise de representatividade/ mobilidade urbana/ precariedade do transporte coletivo/ má gestão do dinheiro público (sem escolas, inflação, violência, violência policial, alta de hospitais e de infraestrutura)/ corrupção.

Subcategorias observadas nas pautas: serviços públicos precários, crise de representatividade, falta de mobilidade urbana, precariedade do transporte coletivo/ má gestão do dinheiro público e corrupção.

8) **Tulio Kahn:**

Pautas extraídas: violência policial/ PEC 37/ corrupção/ gasto com a Copa/ mobilidade urbana/ precariedade da saúde e educação/ falta de segurança.

Subcategorias observadas nas pautas: violência policial, PEC 37, corrupção, gastos com a Copa, falta de mobilidade urbana, serviços públicos precários e violência urbana.

9) **Denis Rosenfield:**

Pautas extraídas: as instituições estão ultrapassadas/ corrupção/ falta de moralidade/ má gestão do dinheiro público/ mobilidade urbana/ inflação (carestia) / contra o PT/ gastos com a Copa/ anticapitalista.

Subcategorias observadas nas pautas: as instituições estão ultrapassadas, corrupção, descumprimento da Constituição, má gestão do dinheiro público, falta de mobilidade urbana, inflação, contra o PT, gastos com a Copa, anticapitalista.

Obs: este texto tem uma crítica ferrenha ao PT, todavia, como estamos analisando as pautas, o argumento “anticapitalista” foi acrescentado, pois o autor faz uma referência a partidos chamados de “esquerda” que participaram dos protestos, configurando uma pauta observada.

10) **Rogério Schmitt** – não entrou na contagem, ele fez uma abordagem estatística da quantidade de jovens na população brasileira e sua participação no eleitorado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FIGUEIREDO, Ney. Os empresários e os movimentos de rua. In: **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014, p. 61-72.

FIGUEIREDO, Rubens ET al. **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014.

\_\_\_\_\_. A “espiral do silêncio” e a escalada da insatisfação. In: **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014, p.23-38.

GOHN, Maria da Glória. **A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais**. Caderno Crh, Salvador, v.27, n.71, p.431-441, Maio/Ago, 2014.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 27-34.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 41-46.

IZEQUE, Cláudia. Não foi só pelos 20 centavos. In: **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014, p. 15-22.

KAHN, Túlio. A segurança pública e as manifestações de junho de 2013. In: **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014, p. 115-131.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 89-94.

MACEDO, Roberto. Uma visão econômica e política dos protestos juninos. In: **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014, p. 39-60.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

\_\_\_\_\_. É a questão urbana, estúpido!. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 19-26.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em salvador, não vai terminar em são Paulo. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 13-18.

PINTO, José Nêumanne. A multidão poderosa virou plebe ignara e tudo ficou como dantes na república de abrantés. In: **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014, p.99-114.

ROSENFELD, Denis. Entre o libertário e a usurpação. In: **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014, p. 133-144.

SCHMITT, Rogério. Os jovens na população brasileira: uma breve análise política. In: **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014, p. 145-154.

SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p.71-78.

SILVA, Benedicto; NETTO, Antônio Garcia de Miranda et al. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SINGER, André. **Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. Cebrap n.97, 2013.

SORJ, Bernardo. Entre o local e o global. In: **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014, p.87-98.

SOUZA, Hebert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

TOGNOZZI, Marcelo S. A força das redes sociais. In: **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014, p.73-86.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 35-40.